A Revolução no Domínio da Informação em África: Implicações para o Crime, o Policiamento e a Segurança dos Cidadãos

Por Steven Livingston

UM TRABALHO DE PESQUISA DO CENTRO DE ESTUDOS ESTRATÉGICOS DE ÁFRICA



O Centro de Estudos Estratégicos de África

O Centro de Estudos Estratégicos de África apoia o desenvolvimento de políticas estratégicas dos EUA que visam a África, oferecendo programas académicos de alta qualidade e relevantes, fomentando a consciencialização e o diálogo sobre as prioridades estratégicas dos EUA e assuntos relacionados com segurança em África, criando redes de líderes militares e civis africanos, americanos, europeus e internacionais, assistindo as autoridades dos EUA na formulação de políticas eficazes para África e articulando as perspectivas africanas a autoridades dos EUA.

A Revolução no Domínio da Informação em África: Implicações para o Crime, o Policiamento e a Segurança dos Cidadãos

Por Steven Livingston

Centro de Estudos Estratégicos de África Trabalho de Pesquisa Nº. 5 As opiniões, conclusões e recomendações expressas ou implícitas neste estudo são da exclusiva responsabilidade dos colaboradores e não representam necessariamente os pontos de vista do Departamento da Defesa ou de qualquer outra agência do Governo Federal. Aprovado para divulgação pública; distribuição ilimitada.

Pode ser citada ou reproduzida qualquer parte deste estudo, sem autorização prévia, desde que seja referida a fonte original. A Tipografia da CEEA agradece que lhe seja enviada cópia das reproduções ou críticas.

Primeira impressão, Novembro 2013.

Para outras publicações do Centro de Estudos Estratégicos de África visite o

website do Centro em http://africacenter.org.

Conteúdo

Sumário	.1
Crime e Estabilidade em África	.4
A Confiança Pública nas Forças Policiais Africanas	.8
A Corrupção Policial e o Colapso da Responsabilização	14
O Aparecimento dos Mungiki	18
Impunidade e Violência Política	21
O Papel das TIC no Combate ao Crime em África2	23
A Ascensão das TIC e sua Ampla Utilização em África	24
Viabilidade da Acção Colectiva Facilitada pelas TIC no Combato ao Crime em África	
Recomendações3	8
Acção Colectiva para Reforçar a Segurança das Comunidades4	40
Eficácia da Polícia4	12
Relacionamento entre as Populações e a Polícia	14
Responsabilização da Polícia	1 5
Notas4	8
Agradecimentos5	53
Sobre o autor5	55

Sumário

O crime violento constitui a ameaça mais imediata à segurança pessoal da maioria dos africanos. Segundo o Gabinete das Nações Unidas Contra a Droga e o Crime, 36 por cento dos homicídios registados em todo o mundo ocorrem em África. O índice de homicídios em África, com 17 mortes por cada 100 000 pessoas, é duas vezes mais elevado do que a média mundial. Os índices de assaltos e violações em África também excedem os padrões mundiais. O problema é mais grave nas áreas urbanas e para muitos habitantes destas áreas a criminalidade é uma preocupação "frequente".

O risco de crime violento tem consequências no desenvolvimento, governação e estabilidade de África. A criminalidade é um dos factores mais inibidores de investimento no continente na opinião de empresários do sector privado. Em áreas de criminalidade elevada, há pais que optam por não mandar os filhos à escola para não os colocar em risco. Os países com maior índice de criminalidade violenta tendem a ser aqueles que menos êxito conseguem alcançar nas áreas de redução da pobreza e expansão do desenvolvimento.

Estreitamente ligada à ameaça que o crime violento representa está a fragilidade das forças policiais africanas, que padecem de grandes insuficiências de financiamento, pessoal e formação. Os inquéritos mostram que a maioria dos africanos raramente vê a polícia, e não a considera, por esta razão, uma força de protecção. Além de falhar no combate ao crime, a formação insuficiente contribui para o comportamento pouco profissional de muitos agentes. Nalguns casos agentes da polícia participam activamente em actividades criminosas. Noutros, as forças policiais estão minadas pela corrupção. Noutros ainda, a polícia usa a violência extrajudicial para intimidar e coagir suspeitos de crimes, testemunhas potenciais e mesmo vítimas. Em muitos países africanos tudo isto gera uma profunda desconfiança na polícia.

A gravidade da ameaça que a criminalidade representa tem-se agravado com a rápida urbanização e a multiplicação de bairros degradados, sem serviços básicos incluindo uma presença policial. Em muitos centros urbanos este vazio foi ocupado por gangues e grupos do crime organizado

que vivem da extorsão, sequestro e violência contra a população local. Estes gangues são por vezes protegidos por polícias e políticos corruptos. À medida que estes grupos criminosos alargam as suas actividades ao tráfico de produtos ilícitos—droga, tabaco, medicamentos e armas—tendem a ligar-se a redes de crime transnacionais, o que coloca desafios de segurança ainda mais sérios.

Os índices elevados e constantes de violência têm graves consequências para a forma como os jovens encaram os conflitos e o modo de os resolver, acabando por aumentar a tolerância da sociedade relativamente à violência, o que, por sua vez, conduz à aceitação da violência política e constitui uma ameaça à viabilidade da governação democrática, que tem por base o diálogo, a liberdade de expressão, a tolerância em relação a perspectivas opostas e a protecção das minorias.

A rápida expansão e acessibilidade da tecnologia de comunicações móveis em África está a criar novas oportunidades de combate ao crime e a reforçar a responsabilização da polícia. O Twitter, o SMS e as tecnologias de mapeamento de acontecimentos estão a ser cada vez mais utilizados para ligar as comunidades às forças policiais e de segurança, um acontecimento sem precedentes para muitos cidadãos, especialmente os que vivem em áreas rurais e estavam habituados a ter de defender-se sozinhos. Agora, pelo menos, têm a possibilidade de avisar-se uns aos outros sobre perigos potenciais, mobilizar a comunidade para a autodefesa bem como informar os serviços de segurança e pedir protecção. Nas áreas urbanas, cidadãos que normalmente não teriam muito contacto com a polícia dispõem agora dum número de telefone que podem utilizar quando enfrentam uma ameaça.

As tecnologias de informação e comunicação (TIC) estão também a interligar horizontalmente as sociedades em tempo real, o que está a forjar laços e relações interregionais que talvez não existissem anteriormente e que, em termos históricos, só surgiram com o desenvolvimento de uma infraestrutura nacional de transportes. Este processo facilita tanto a integração económica como a integração social. O aumento da coesão pode contribuir directamente para uma maior estabilidade.

As TIC, frequentemente graças às suas capacidades de "crowdsourcing", oferecem também novas oportunidades de reforçar a capacidade de resposta e a responsabilização da polícia. Os mapas de criminalidade constituem uma base para a afectação adequada dos recursos necessários para enfrentar ameaças recorrentes. Possibilitam também elaborar um quadro de referência para avaliar a eficácia da resposta policial. Os sítios da Internet que revelam casos de suborno estabelecem um registo e definem padrões de comportamento ilegal das forças policiais, o que aumenta a visibilidade de ocorrências frequentemente tratadas como casos isolados, e as identifica enquanto fenómeno mais alargado e mensurável que requer uma solução oficial.

Embora as TIC ofereçam oportunidades de reforçar a segurança e a responsabilização, elas não são uma panaceia para resolver o crime e a corrupção. A informação é um mero instrumento e não um motor de reforma. As TIC também podem ser utilizadas com objectivos desonestos, tanto por organizações criminosas como por agentes policiais que não são chamados a prestar contas pelas acções que cometem. Na verdade, a mudança criada pelas TIC exige um corpo organizado de pessoas empenhadas, capazes de utilizar a acessibilidade da informação para educar o público, incentivar a participação popular e pressionar as autoridades a executar reformas. É o empenhamento sustentado dos agentes no terreno, essencialmente agrupados nas organizações da sociedade civil, que transforma a acessibilidade da informação numa melhoria concreta de vida para o cidadão comum.

Ao reduzir as barreiras no acesso à informação, as TIC estão a trazer à luz do dia a discussão e a análise da criminalidade em África, contribuindo para a supervisão das forças policiais e a segurança dos cidadãos. Deste modo, as TIC contribuem para o aumento da segurança, quer através de canais internos, reforçando a capacidade do Estado de recolher dados sobre o crime, quer através de mecanismos externos de monitorização, crítica e responsabilização do sector da segurança.

Crime e Estabilidade em África

O chefe Francis Kariuki recebeu uma chamada às 4 da manhã informando-o de que estava a ser assaltada uma casa no bairro. Kariuki é o Oficial Administrativo Superior de Lanet Umoja, uma aldeia do Quénia situada cerca de 100 milhas a noroeste de Nairóbi. Kariuki enviou imediatamente uma mensagem por Twitter relatando a ocorrência e, minutos depois, alguns dos seus seguidores já estavam reunidos no exterior da casa, assustando os ladrões que fugiram sem levar nada. Kariuki utiliza regularmente o Twitter para divulgar informações sobre faltas de transportes, comunicações do governo e casos de criminalidade local, e tem seguidores leais entre os 30 000 residentes de Lanet Umoja, a maioria dos quais são agricultores ou criadores de gado que acedem ao Twitter no telemóvel através de mensagem de texto. Depois de começar a utilizar o Twitter para dar informação sobre crimes nesta pequena comunidade agrícola, Kariuki constatou que a criminalidade teve um decréscimo significativo. O Twitter ligou-o à comunidade de uma forma que melhorou espectacularmente o seu esforco de policiamento da mesma¹. Entretanto, a lista dos seus seguidores continua a aumentar. (ver Figura 1).

A criminalidade é uma importante ameaça à estabilidade, segurança e desenvolvimento em grande parte do continente africano. É frequentemente grave e violenta. O índice de homicídios em África atinge mais do dobro da média mundial, tendência que é ainda mais pronunciada nas áreas urbanas, em particular os bairros e municípios degradados onde escasseiam a administração e os serviços públicos. A atenção dedicada às crises políticas violentas e aos grupos extremistas leva por vezes a questão da criminalidade em África a ser negligenciada pelos governos do continente e doutras regiões.

O policiamento é igualmente negligenciado. As forças policiais africanas não só padecem geralmente de uma formação e um financiamento insuficientes, como de sobrecarga de tarefas. Além disso, as forças policiais africanas são elas próprias culpadas de comportamentos criminosos com frequência, por falta de controlo e de prestação de contas, bem como devido



à falta de incentivos a um desempenho profissional. Segundo a Direcção de Investigação Independente da Polícia da África do Sul, entre 2011 e 2012, 932 pessoas morreram quando se encontravam sob custódia policial² e, desde 2012, houve pelo menos três casos em que cidadãos foram amarrados por agentes a carros da polícia e arrastados pelas ruas como forma de castigo extrajudicial³. Na Nigéria, uma comissão presidencial concluiu em 2008 que o policiamento apresentava um padrão de "prisão e detenção ilegais, extorsão, tortura, violação, assassinatos extrajudiciais e outras formas de tratamento brutal". Um relatório do governo nigeriano em 2006 admitia abertamente que "o relacionamento entre a polícia e o público é caracterizado em grande medida pela desconfiança e a hostilidade recíprocas".

Este cocktail de factores—aumento da criminalidade nas áreas urbanas em expansão de África, bem como a ineficácia e não responsabilização generalizadas das suas forças policiais—corre o risco de evoluir para uma ameaça mais grave para os governos africanos, porque não só atinge a segurança das pessoas como semeia uma maior instabilidade a nível geral. A obrigação básica de qualquer governo consiste em garantir a segurança dos cidadãos e "quando o Estado não é capaz de cumprir esta obrigação ou, pior ainda, dá protecção a determinados grupos em prejuízo de outros, as pessoas reivindicam concretamente o direito de recorrer à força para resolver disputas, muitas vezes com consequências desastrosas"⁶. Durante um concerto na Universidade Kenyatta em Nairóbi, por exemplo, um agente da polícia matou a tiro um guarda após este lhe ter negado a entrada no evento, que era exclusivamente reservado a estudantes. Em seguida, estudantes espancaram o polícia até à morte⁷. Segundo estatísticas da polícia do Quénia, em 2011 foram mortas 429 pessoas em linchamentos públicos⁸. O número real é provavelmente mais elevado.

Num ambiente como este, a legitimidade das instituições do Estado fica fragilizada e a confiança do público diminui. Existe uma forte correlação entre altos índices de criminalidade nacional e a incompetência da polícia por um lado, e instabilidade, subdesenvolvimento e insegurança regionais, por outro. Segundo o Banco Mundial, por exemplo, os países com altos

níveis de crime e violência recorrentes são os que tendem a registar também índices piores de redução da pobreza⁹. Estes problemas verificamse em toda a África, onde as empresas perdem maiores percentagens de vendas devido ao crime e gastam em segurança uma percentagem mais elevada das receitas do que em qualquer outra região do mundo. Os altos níveis de criminalidade também desgastam a coesão social, complicando ainda mais o esforço de fazer face à violência e ao crime. É frequente em África a associação de grupos criminosos a dirigentes políticos e regimes, para proteger interesses pessoais e influenciar eleições e eventos políticos. E estes problemas não estão circunscritos a fronteiras nacionais pois as zonas de grande criminalidade e instabilidade tendem a apresentar maior incidência de crime organizado e tráfico de bens ilícitos, cujo impacto rapidamente atravessa fronteiras e alimenta muitas outras formas de instabilidade. Quando os índices de criminalidade comecam a aumentar é difícil inverter o processo, pois em espiral descendente inversa, o crime prejudica o crescimento económico sustentável e a boa governação, o que, por sua vez, gera mais criminalidade e instabilidade.

O presente documento considera estratégias de saída deste ciclo. Se a criminalidade elevada, em conjunto com um policiamento ineficaz e inimputável, são factores que contribuem significativamente para a instabilidade e a fragilidade do Estado, como se poderá reforçar a polícia e as iniciativas de combate ao crime? Como demonstra o exemplo do Chefe Kariuki no Quénia, uma das formas possíveis reside na hábil aplicação das tecnologias de informação e comunicação (TIC) já amplamente acessíveis. As iniciativas baseadas em TIC podem, entre outros, melhorar a obtenção de dados precisos sobre a criminalidade, melhorar a relação entre a comunidade e a polícia e criar uma maior responsabilização desta última.

Os estudos sobre a influência da tecnologia no carácter das iniciativas comunitárias oferecem um quadro de referência conceptual útil. Organizar iniciativas comunitárias é dispendioso, em termos de tempo e dinheiro, e sustentar iniciativas de segurança comunitária acarreta, nalguns casos, um risco pessoal considerável. Esta análise considera a possibilidade de a acção colectiva

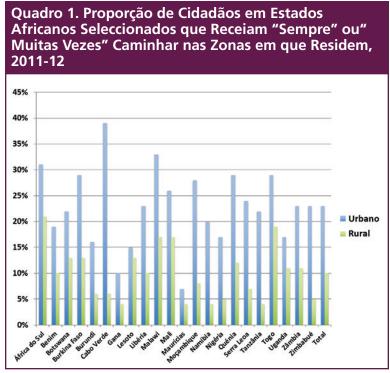
facilitada pela tecnologia—grupos comunitários orientados para determinados objectivos com a assistência de TIC—ajudar a superar muitos destes custos ¹⁰. Além disso, falhas de governação devidas à fragilidade e ineficácia dos serviços policiais e de segurança podem ser atenuadas através de uma acção colectiva alavancada em TIC.

O presente documento está estruturado em três secções. Na primeira aborda-se o impacto da criminalidade e das deficiências de policiamento em África. Na segunda analisam-se os benefícios públicos gerais obtidos graças a diversas inovações tecnológicas, para demonstrar a viabilidade da acção colectiva facilitada pelas TIC enquanto meio de reforçar a segurança pública e combater o crime em África. A última secção oferece sugestões práticas quanto às medidas a tomar pelos intervenientes estatais e não estatais em prol da prevenção do crime com base em TIC, incluindo iniciativas destinadas a responder adequadamente à corrupção e à conduta ilegal da polícia.

A Confiança Pública nas Forças Policiais Africanas

Segundo o Gabinete das Nações Unidas Contra a Droga e o Crime, em 2010 a África contabilizou mais de um terço (36 por cento) do número total de homicídios no mundo, embora represente apenas um sexto da população mundial. Atingindo 17 em cada 100 000 pessoas, o número de homicídios em África representa mais do dobro da média mundial, que é de 6.9 por 100 000¹¹. Na África do Sul, em 2012 foram mortas diariamente cerca de 45 pessoas e 182 foram violadas ou vítimas de ataque sexual, o que faz deste país um dos mais perigosos do mundo "fora de uma zona de guerra". A violência é particularmente onerosa nas áreas urbanas de África (ver Quadro 1). Na Cidade do Cabo, por exemplo, os índices de homicídio situam-se desde 2001 em cerca de 60 por cada 100 000 pessoas. A República Centro-Africana, Costa do Marfim, República Democrática do Congo, Malawi, Namíbia, Suazilândia, Uganda e Zâmbia posicionam-se igualmente no quartil superior dos índices de homicídio em África.

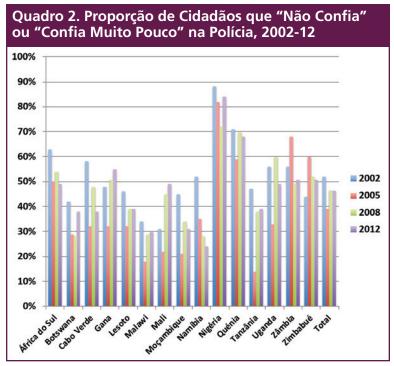
Os inquéritos também apresentam um quadro desastroso generalizado do crime no continente. Em Nairóbi, 37 por cento dos residentes declararam



Fonte: Afrobarómetro 13.

terem sido vítimas de roubo à mão armada, o que valeu à cidade a alcunha pouco lisonjeira de "Nairroubo"¹⁴. Um inquérito revela que a criminalidade é uma preocupação "constante" ou "muito frequente" para mais de metade dos habitantes de Nairóbi¹⁵. Em Lagos, na Nigéria, afirmaram recear vir a ser vítima de crime 70 por cento das pessoas que responderam a um inquérito que abrangeu toda a cidade¹⁶. Estudos realizados em todo o continente mostram que um grande número de africanos teme o crime na zona em que reside.

Os crimes contra a propriedade são decerto graves mas os crimes violentos, como a violação, são devastadores. Em 2002, as estatísticas mostravam que uma rapariga nascida na África do Sul tinha mais probabilidades de ser violada do que de aprender a ler¹⁷. Estima-se que mais de 30 por cento das raparigas sejam vítimas de violação antes dos 18 anos. Mais de 37 por cento dos homens sul-africanos admitiram já ter violado alguém, num estudo financiado pelo

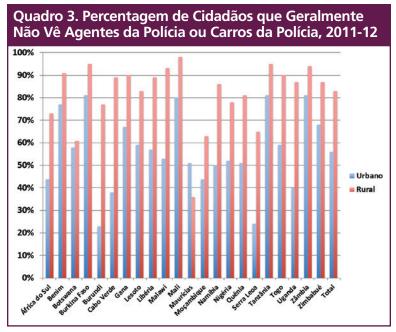


Fonte: Afrobarómetro

governo em 2009¹⁸. Atrás destes números impressionantes encontramos um longo rol de vidas arruinadas e um desespero profundo.

Entretanto, a confiança pública na polícia tende a ser baixa. Inquéritos realizados em 15 países africanos revelam que a polícia é muitas vezes considerada pouco fiável (ver Quadro 2). A polícia não é de resto uma presença frequente entre a maioria dos africanos, sendo raramente vista no dia a dia (ver Quadro 3). No entanto, as opiniões variam consideravelmente de país para país. Em países como a Nigéria, Quénia e África do Sul, a maioria da população desconfia da polícia e considera-a maioritariamente corrupta. Pelo contrário, a opinião em países como o Malawi, Moçambique e Namíbia é sobretudo positiva.

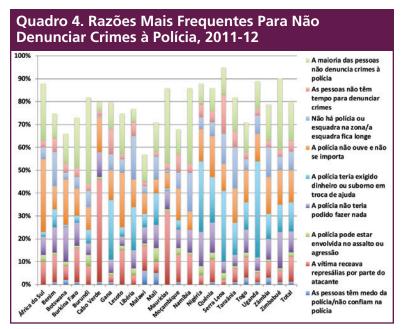
A falta de confiança na polícia pode distorcer as estatísticas sobre a criminalidade já que muitos cidadãos se perguntam "para quê dar-me ao



Fonte: Afrobarómetro.

trabalho de denunciar um crime?" Só cerca de um quinto dos africanos inquiridos em 22 países apresentaram queixa de terem sido vítima de um crime. As justificações mais comuns dos que não denunciaram crimes são a convicção de que a polícia "não se importa", poderia exigir suborno e o medo de sofrer represálias (ver Quadro 4).

É claro que o crime em África é multifacetado, o que torna difícil generalizar sem cair em estereótipos ou entrar em conjecturas. Com mais de mil milhões de pessoas que vivem num quinto da massa terrestre, a África dificulta generalizações de qualquer tipo. A escassez de estatísticas da criminalidade, fiáveis e passíveis de comparação, torna a tarefa mais complicada¹⁹. De facto, a maioria dos países africanos não mantém, salvo raras excepções, quaisquer dados fiáveis sobre a criminalidade. As estatísticas disponíveis, bem como os índices de homicídios, são muitas vezes reconstruídos a partir de registos médicos e hospitalares, e não de relatórios de polícia. Mesmo quando a recolha de dados existe, há razões para manter o cepticismo quanto à sua exactidão.

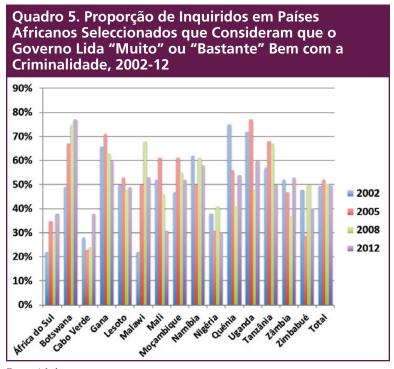


Fonte: Afrobarómetro

Como se pode ler numa análise:

O maior obstáculo de todos à compreensão das tendências da violência armada prende-se com a deficiência, ou mesmo inexistência, dos meios de vigilância actualmente a funcionar em África....Com algumas excepções, é frequente os governos africanos carecerem dos meios e recursos necessários à recolha, análise e preparação de relatórios sobre a distribuição demográfica e territorial da violência armada—particularmente em países devastados pela guerra²⁰.

Para além disso, os índices e as tendências da criminalidade variam em toda a África. Em 2007, por exemplo, inquéritos mostram que, na África do



Fonte: Afrobarómetro

Sul, 57 por cento das famílias consideravam que o crime tinha aumentado na sua área de residência ao longo dos quatro anos anteriores, enquanto 18 por cento achavam que tinha diminuído. Em fins de 2011, os resultados foram muito diferentes: apenas 37 por cento das famílias afirmavam que o crime aumentara na sua área de residência e 42 por cento consideravam que tinha diminuído. Por outras palavras, a criminalidade em África pode ser reduzida embora seja generalizada, complexa e profundamente enraizada.

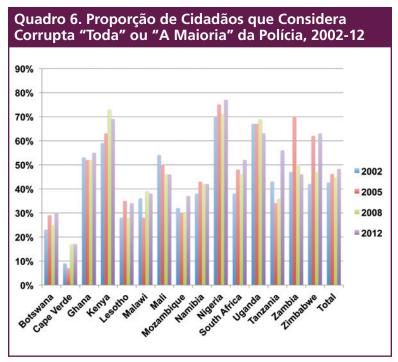
Noutros países africanos as sondagens revelam um quadro igualmente complexo. Por um lado, um número substancial de africanos afirma temer o crime na sua área de residência e considera que a polícia não é digna de confiança enquanto que, por outro lado, muitos afirmam que o seu governo lida com a criminalidade "muito bem" ou "bastante bem". (ver Quadro 5).

A Corrupção Policial e o Colapso da Responsabilização

O problema da criminalidade em África está, deste modo, intimamente ligado às relações entre a polícia e a população civil. Níveis elevados de criminalidade constituem um desafio de monta para o continente africano, em particular nos seus grandes centros urbanos, em constante crescimento. Entre as vítimas da criminalidade, no entanto, a polícia não só é alvo de desconfiança como é muitas vezes totalmente excluída dos processos de prevenção. Na origem desta falha estão o alto nível de corrupção e o baixo nível de responsabilização de muitas das forças policiais africanas. A supervisão e a reforma do sistema policial são raramente alvo de empenhamento político. A polícia é pelo contrário muitas vezes instrumentalizada para defender ou promover os interesses pessoais de dirigentes de alto nível, militares e outras figuras influentes.

Tal como acontece relativamente ao crime, é difícil encontrar estatísticas fiáveis sobre a corrupção policial²¹. Na opinião de um analista, "considerando que a maioria dos casos de corrupção nunca chega a ser denunciada nem registada, os dados oficiais sobre a corrupção não devem ser interpretados como indicadores dos níveis de corrupção reais mas antes das actividades de combate à corrupção de uma agência da polícia"²². As normas internas dificultam as investigações, já que agentes e administradores da polícia não costumam "dar informações" sobre os colegas. Contudo, é essencial avaliar correctamente a natureza e a gravidade da corrupção policial. Apesar da ausência de dados, a maioria dos africanos já tem opinião formada e preocupante sobre as suas forças policiais. No Uganda, Quénia, Nigéria e Zimbabué, por exemplo, um grande número de pessoas afirmou em inquéritos que "todos" ou "a maioria" dos polícias são corruptos (ver Quadro 6).

Existem diversos tipos de corrupção policial (ver Quadro 7). O roubo oportunista, a extorsão e o suborno estão entre os mais comuns. Entre os comportamentos condenáveis da polícia mencionados no Quadro 7, as actividades criminosas directas, em particular os assassinatos extrajudiciais, são as mais destrutivas da legitimidade da polícia e do próprio governo. O Relator Especial das Nações Unidas sobre Execuções Extrajudiciais,



Fonte: Afrobarómetro.

Sumárias ou Arbitrárias afirma no relatório anual de 2010, que "são demasiado comuns os homicídios intencionais em que a polícia dispara sobre suspeitos sem ter recorrido a outras medidas de coacção". Há países cujas forças de segurança são controladas directamente por políticos e onde "é possível agentes de segurança cometerem assassínios por motivos políticos, de membros e apoiantes da oposição, bem como assassinatos relacionados com as eleições".

Este é um problema muito grave em vários países africanos. Em 2011, o Congresso para Acção da Nigéria, um importante partido da oposição, apelou ao governo para que tomasse medidas firmes para pôr fim ao frequente assassinato de civis inocentes pela polícia. De contrário, afirmava, os recorrentes assassinatos extrajudiciais levariam a uma situação em que "pessoas ou grupos lesados tomarão a lei nas suas próprias mãos, precipitando um estado

Quadro 7. Tipos e Escalas de Corrupção Policial				
Tipo	Descrição			
Corrupção da Autoridade	Sempre que um agente aufere um benefício material devido à sua situação enquanto agente da polícia sem que isso viole a lei per se (por ex., bebidas, refeições e serviços gratuitos).			
Suborno	Recebimento de bens, serviços ou dinheiro em troca da recomendação de oportunidades de negócios a indivíduos ou empresas.			
Roubo Oportunista	Roubo de detidos (por vezes designado de "rolling"), de vítimas de acidentes de viação, vítimas de crimes e cadáveres ou de bens de cidadãos mortos.			
Extorsão	Aceitação de suborno para não ser registada uma infracção penal (ou seja, não efectuar uma detenção, não registar uma queixa ou não apreender propriedade).			
Protecção de Actividades Ilegais	Protecção policial de pessoas envolvidas em actividades ilegais (por ex. prostituição e tráfico de droga) permitindo que o negócio continue a funcionar.			
O "Esquema"	Prejudicar investigações ou procedimentos penais, ou "perder" multas de trânsito.			
Actividades Criminosas Directas	Um agente da polícia comete um crime contra uma pessoa ou propriedade para benefícios pessoal "em clara violação de normas governamentais e penais".			
Pagamentos Internos	Compra, negócio e venda de benesses acessíveis aos agentes da polícia (férias, afectação de turnos, promoção).			
"Descamar" ou "Acolchoar"	Ocultar ou forjar provas.			

Source: Roebuck and Barker. 25

de anarquia"²⁴. Esta declaração repetia uma advertência feita em 2006 pela primeira Comissão Presidencial para a Reforma da Polícia da Nigéria:

Os relatos de assassinatos extrajudiciais, execuções sumárias de suspeitos e assassinatos de retaliação também são muito numerosos. Em resultado de uma formação insuficiente, associada com infraestruturas desadequadas e a ausência de respeito pelas normas legais e os direitos humanos, a polícia recorre frequentemente à tortura para extrair confissões e informações dos suspeitos Outra prática que

tem desacreditado a Polícia consiste na detenção de pessoas relacionadas com o suspeito, como substitutos ou reféns. Além disso, há pessoas que são detidas e ficam presas por motivos muito duvidosos, para lhes ser extorquido dinheiro²⁶.

A prática de extorquir subornos após a detenção contribui para perpetuar as condições extremamente más das prisões em geral. O tratamento dos prisioneiros também contribui provavelmente para a falta de registos:

Muitas esquadras de polícia não mantêm registos correctos dos detidos e suspeitos, o que torna mais fácil executá-los e fazer desaparecer os corpos. Os familiares das vítimas ... [relataram] ter lhes sido negada a possibilidade de sepultar os seus entes queridos. Outros afirmaram ter sido obrigados a pagar subornos consideráveis para recuperar o corpo para realizar funeral²⁷.

Todos os estabelecimentos prisionais inspeccionados no decurso desta investigação estavam sobrelotados e limitavam-se a várias pequenas celas sem iluminação e condições sanitárias deploráveis. Numa prisão perto de um bairro degradado de Lagos, a entrevista com o chefe da polícia distrital foi pontuada pelos gritos lancinantes de um jovem que estava numa cela ao lado. Fora acusado de roubar um telemóvel. Noutra prisão, uma detida nas últimas semanas de gravidez estava sentada no chão de cimento, no exterior de uma cela pejada de excrementos, no interior da qual três homens inertes jaziam no escuro.

Estas condições parecem ser a norma²⁸. Em 2006, dois terços dos detidos nas prisões nigerianas não haviam sido formalmente acusados de qualquer crime²⁹. Segundo a Amnistia Internacional, "as circunstâncias em que o governo nigeriano mantem os presos são péssimas. Muitos detidos ficam anos

à espera de julgamento em celas muito sujas e sobrelotadas, nas quais coabitam frequentemente crianças e adultos"³⁰. Nestas condições, quem se vê enredado em esquemas de suborno da polícia tende a pagar tudo o que puder para evitar a prisão. Deste modo, a corrupção policial desenvolve um círculo vicioso. Se o problema continuar a ser negligenciado, provocará uma maior erosão da capacidade policial, o que, por sua vez, irá criar novas oportunidades de extorsão e corrupção. Para além das consequências a nível humano, tudo isto é muito prejudicial para a legitimidade da polícia—e, de uma forma mais geral, para o Estado.

Para colmatar esta falha, as comunidades com possibilidades económicas voltam-se cada vez mais para empresas de segurança privadas. Na Nigéria cerca de 1 500 a 2 000 empresas de segurança empregam cerca de 100 000 pessoas, de acordo com uma estimativa,. O Quénia tem cerca de 2 000 destas empresas, algumas das quais alargaram as suas operações de forma a responder à procura em toda a África Oriental e Central³¹. Só na África do Sul há 430 000 funcionários de segurança privada no activo³². Este conjunto de grupos de segurança privados em África varia muito em termos de competência e integridade, e estas empresas não obedecem habitualmente a padrões de responsabilização ou regulamentação. É por isso frequente os resultados destes serviços de segurança privados e informais serem totalmente contraproducentes.

O Aparecimento dos Mungiki

Enquanto os ricos e a classe média em África contratam guardas treinados, os pobres recorrem a estratégias múltiplas de autodefesa. No Quénia, isto assume frequentemente a forma do chamado "vigilantismo"³³. Embora seja verdade que, na falta de policiamento eficaz, alguns destes grupos oferecem um serviço comunitário muito necessário, também é um facto que estes grupos de vigilantes entram frequentemente em esquemas de extorsão, acabando por transformar-se em gangues predadores. Um dos grupos de "autodefesa" quenianos que degenerou para a criminalidade foi o Mungiki. Este gangue, dominado por membros do grupo étnico Kikuyu, é um reflexo da derrapagem

vertiginosa de um Estado frágil e de uma governação fracassada para uma criminalidade galopante.

Os Mungiki estabeleceram-se nas terras altas do Quénia em finais da década de 1980, para proteger agricultores ligados entre si por laços de parentesco que travavam uma disputa de terras contra os pastores Masai e as forças de segurança leais ao governo local, dominado pelos Kalenjin. Os fundadores afirmavam ter-se inspirado nos Mau Mau, o movimento Kikuyu religioso e de guerrilha anti-imperial que lutou contra o domínio colonial britânico na década de 1950³⁴. A urbanização crescente e a pressão demográfica levaram o grupo a migrar para Nairóbi na década de 1990. Em Nairóbi, em locais como Mathare, um dos maiores e mais violentos bairros degradados de África, os Mungiki transformaram-se numa milícia dedicada à burla e à extorsão. O que começou por ser uma tentativa de preencher um vazio de segurança face a uma polícia ineficaz e politicamente instrumentalizada acabou num gangue criminoso, que agravou a criminalidade violenta. Nas palavras da Comissão Waki, um organismo oficial criado para investigar a violência no Quénia após as eleições de 2007-08:

Inicialmente, os Mungiki eram vistos como um substituto dos serviços públicos inexistentes nos bairros degradados. Mais tarde, começaram a exercer pressão sobre indivíduos e proprietários de negócios, incluindo os matatus [condutores de táxi miniautocarros] e proprietários de empresas imobiliárias, para estes pagarem serviços que o movimento forneceria, incluindo ligação à rede de electricidade, construção de latrinas e resolução de litígios. Os Mungiki e outros gangues por todo o país (Taliban, Chinkororo, Kamjeshi, Baghdad Boys e muitos outros) cresceram e multiplicaram-se no contexto de uma cultura política que utilizava e tolerava a violência extra-estatal³⁵.

Em 2011 alguns condutores matatu fizeram uma greve de protesto contra a extorsão ³⁶. Em Mathare houve surtos de revolta contra as "taxas" impostas pelos Mungiki aos produtores de uma bebida alcoólica ilegal produzida localmente, chamada chang'aa. Outras comunidades também organizaram "forças de protecção" próprias, na maioria dos casos com base em critérios étnicos. As rivalidades e conflitos entre os diversos grupos degeneram com frequência em guerras de gangues, especialmente nos bairros degradados ³⁷.

Confrontada com uma ameaça violenta e bem organizada, a polícia responde frequentemente de modo igualmente feroz e indiscriminado. Em Junho de 2007 os Mungiki foram acusados do assassínio de 15 agentes da polícia e 27 civis, muitos dos quais foram decapitados³⁸. Em resposta, a polícia afirmou ter detido 2 464 "suspeitos" de serem membros dos Mungiki. Contudo, talvez esta tenha sido apenas uma pequena parte da reacção policial. Segundo dados divulgados em Novembro de 2007 pela Clínica de Assistência Legal Gratuita da Oscar Foundation (OFFLACK) no Quénia, uma organização de direitos humanos, entre 2002 e 2007 a polícia queniana fez mais de 8 000 mortos e 4 000 desaparecidos em confrontos contra os Mungiki³⁹. Embora a polícia tenha desmentido estas afirmações, a Comissão Nacional do Quénia para os Direitos Humanos (CNQDH) apurou a responsabilidade da polícia na execução de pelo menos 500 Mungiki num período de apenas cinco meses. Em Março de 2009 o director da Oscar Foundation e um seu colaborador foram assassinados em pleno dia no centro de Nairóbi quando seguiam na sua viatura para uma reunião no gabinete da CNQDH, numa provável acção de retaliação da polícia,. Poucas horas antes, um porta-voz do governo acusara a Oscar Foundation de ser "uma organização de angariação de fundos para...os Mungiki"40.

Para além de burla e extorsão, os Mungiki estiveram envolvidos em lutas por cargos políticos. Partidos e políticos conhecidos serviram-se dos Mungiki para angariar apoiantes e intimidar opositores durante as campanhas eleitorais. Na corrida presidencial de 2002, vários legisladores ameaçaram "lançar" os Mungiki sobre os opositores ao seu candidato presidencial. Em 2002 vários líderes Mungiki tentaram também concorrer a posições de liderança num

partido político importante, o Fórum para a Restauração da Democracia-Quénia (FORD-Quénia)⁴¹. Em 2011, o Tribunal Penal Internacional (TPI) acusou o então vice Primeiro-Ministro, Uhuru Kenyatta, o Chefe do Serviço Civil, Francis Muthaura, e o Presidente Mwai Kibaki de terem reunido com membros dos Mungiki em 25 de Novembro de 2007 para organizar ataques nas cidades Nakuru e Naivasha, no vale do Rift, durante os surtos de violência póseleitoral⁴². A colaboração entre políticos e grupos criminosos como os Mungiki é, muitas vezes, de pouca dura. Depois de eleitos, os políticos mantêm ligações a estes grupos sobretudo com vista à campanha seguinte e, no intervalo, os grupos retomam as suas actividades criminosas habituais.

Impunidade e Violência Política

Considerando que, em 2012, 31 países africanos ocupavam o fundo da escala no índice de percepção de corrupção da Transparência Internacional, este é um problema muito grave no continente. No entanto, muitos dos esforços para denunciar o fenómeno têm enfrentado uma resposta violenta da polícia, que é frequentemente utilizada para intimidar jornalistas africanos, invadir as instalações dos meios de comunicação social, encerrar estações de rádio e televisão e destruir equipamentos. Em 2012 foram detidos 46 jornalistas africanos⁴³.

Neste contexto, a violência política é apenas uma das facetas de um fenómeno mais alargado de crime, corrupção e desordem, próprio de Estados frágeis. A incompetência, corrupção e desresponsabilização da polícia desempenham papéis centrais neste cenário. Dos 1 133 assassinatos a tiro durante o período pós-eleitoral no Quénia entre 2007 e 2008, 405 foram protagonizados pela polícia e muitos dos assassinados foram alvejados pelas costas⁴⁴. Nalguns casos, a polícia "mostrava-se tão hostil que a comunidade local não podia apresentar queixas. A polícia respondia-lhes "sois vós os responsáveis" Foram igualmente denunciadas dezenas de violações cometidas pela polícia. Em 82 por cento dos casos as vítimas de violação não apresentaram queixa formal à polícia, e em 32 por cento desses casos a justificação adiantada aos investigadores da Comissão Waki foi de que a

polícia tinha sido, ela própria, a responsável⁴⁶. Nenhum agente da polícia foi condenado por qualquer crime durante esse período.

Graças às reformas institucionais realizadas no período que se seguiu ao desastre pós eleitoral de 2007-2008, que incluiram a aprovação de uma nova Constituição e a criação de uma comissão eleitoral nacional mais independente, o processo da eleição presidencial no Quénia em 2013 registou uma diminuição considerável de relatos de violência política e alegações de má conduta policial. Apesar disso, a polícia continua a pecar por falta de profissionalismo. Segundo uma investigação do jornal Daily Nation, a polícia do Quénia tem-se aproveitado de novas leis mais rigorosas contra o excesso de velocidade e a ultrapassagem (passagem) ilegal de veículos, exigindo subornos mais elevados⁴⁷. As empresas e os passageiros de matatu também foram afectados pelos custos mais elevados dos subornos da polícia, designadamente os que se deslocam diariamente para os seus empregos em Nairóbi, sendo obrigados a suportar grandes atrasos em viagens por estradas não pavimentadas e com sulcos profundos na tentativa de evitar "operações stop para extorsão" da polícia nas estradas principais, onde o suborno faz parte da rotina. Ainda mais preocupante é o facto de, segundo o relatório de 2013 da Human Rights Watch, a polícia de Nairóbi aproveitar comunidades vulneráveis, como os refugiados da Somália, para ganhar dinheiro:

Os entrevistados... descreveram o modo como a polícia entrava nas suas casas, muitas vezes a meio da noite, ou invadia os seus locais de negócio, para roubar grandes quantidades de dinheiro e outros pertences pessoais, bem como para extorquir dinheiro em troca da sua libertação. Explicaram a forma como a polícia os deteve arbitrariamente... por vezes durante muitos dias, em condições desumanas e degradantes, enquanto ameaçava levá-los a tribunal com acusações de terrorismo e desordem pública embora sem qualquer prova⁴⁸.

Quer a má conduta seja muito grave, como em casos de violação, espancamento e detenção ilegal, ou menos grave, como no suborno, o resultado é o mesmo. Fragiliza a legitimidade e o respeito, que são os alicerces de um policiamento eficaz. Enfraquece as principais instituições do Estado responsáveis por condições essencias do bem público: a estabilidade e a segurança. O vazio de governação é muitas vezes preenchido por grupos como os Mungiki, que perante a inexistência de sistemas de responsabilização degeneram em gangues criminosos, exacerbando assim a situação. As respostas violentas da polícia conduzem a uma deterioração da situação e a mais violência, gerando um círculo vicioso constante que agrava os problemas. As queixas contra as brutalidades da polícia são, por vezes, exploradas por grupos extremistas para recrutar novos membros e como justificação de actos de terrorismo contra a população civil, criando assim uma ameaça mais grave à segurança do Estado. É o que tem acontecido no Norte da Nigéria e nalgumas regiões do Quénia ⁴⁹.

Se a fragilidade das instituições do Estado, que vergam sob o fardo de tantos desafios de grande dimensão, é um factor fundamental no crime, como podem as TIC influenciar uma mudança positiva?

O Papel das TIC no Combate ao Crime em África

Em 2002, em Joanesburgo, dois homens armados sequestraram um automóvel, meteram o condutor na mala e partiram. O rapto no contexto de um carjacking por vezes termina tragicamente para a vítima. Neste caso, a vítima escapou a um fim trágico graças a uma astuta utilização da tecnologia. Através do seu telemóvel, a vítima enviou uma mensagem de texto a uma amiga a pedir socorro. Esta, por sua vez, comunicou por Twitter com os seus seguidores, que, por sua vez, enviaram a mensagem aos seus próprios seguidores. A cada reenvio, o número de pessoas em rede alertadas da situação aumentou exponencialmente. A mensagem reenviada chegou rapidamente ao "Pigspotter", um *hashtag* (etiqueta de metadados) popular, se bem que controverso, destinado a circular avisos sobre "operações stop" da polícia

para apanhar condutores em excesso de velocidade. Com 110 000 seguidores, incluindo uma empresa de segurança privada e um serviço local voluntário de salvamento e combate a incêndios, o "Pigspotter" multiplicou imediatamente o número de pessoas com conhecimento do incidente. O sinal do telemóvel da vítima permitiu localizar rapidamente o automóvel. Duas horas após o início do drama, um tweet anunciava: "Acabei de receber uma chamada, a polícia encontrou-o em Ventensburg. Está bem, apenas abalado. Obrigado a todos pela ajuda!!" Os raptores tinham sido detidos numa "operação stop" montada em resposta à informação, difundida por todos os que responderam ao tweet inicial⁵⁰. Este é um exemplo que resulta do uso crescente de telemóveis e tecnologias relacionadas.

A Ascensão das TIC e sua Ampla Utilização em África

Nos últimos 5 anos, as assinaturas de serviços de telemóvel em África aumentaram 20 por cento por ano, passando de 2 por cento de utilizadores no ano 2000 para 63 por cento em finais de 2012. No início de 2013, África ocupava o segundo lugar no índice mundial de crescimento da telefonia móvel (a seguir à China), com 775 milhões de ligações celulares em todo o continente⁵¹. Na África do Sul, bem como no Gana, Gabão e Quénia, o número de assinaturas de telemóvel é quase o mesmo que o de habitantes⁵². Na África subsaariana, estima-se que em 2015 mais pessoas tenham acesso a redes móveis do que a electricidade em casa. Essas pessoas terão cada vez mais acesso a fazer chamadas de vídeo, ver video clips e aceder à Internet a partir dos seus telemóveis⁵³. Apesar de em África o crescimento da telefonia móvel corresponder a aparelhos simples de primeira e segunda geração, o aumento tem incluído cada vez mais *smartphones* com acesso à Internet. Em 2018, 40 a 50 por cento de todos os telemóveis em África poderão facultar o acesso à Internet.

A relevância social da telefonia móvel tem sido reforçada pelas inovações desenvolvidas por peritos tecnológicos africanos. Existem actualmente centros de inovação em várias cidades africanas. O "Silicon Cape" da Cidade do Cabo encontra paralelo na "Silicon Savannah" de Nairóbi. O iHub, um centro

de inovação tecnológica em Nairóbi, é talvez a vertente mais conhecida do sector TIC de Nairóbi⁵⁵. A Safaricom Academy, uma *joint venture* entre a Safaricom, importante fornecedora de serviços móveis, e a Strathmore University (Quénia) propõe formação avançada em telecomunicações e engenharia e é a sede do "Centro de Incubação", um programa técnico e de acompanhamento destinado a empreendedores no campo das TIC. Em Lagos, Nigéria, o Co-Creation Hub (CcHUB) é outro exemplo de um espaço de inovação para empreendedores sociais, investidores e peritos em tecnologia. A Nokia criou uma parceria com o CcHub em 2012 para lançar a Growth Academy, centro de incubação destinado aos que se iniciam na tecnologia móvel⁵⁶. O gigante da Internet Google também abriu sucursais em Acra, Nairóbi, Lagos, Dakar, Joanesburgo e Kampala. Estes são apenas alguns exemplos da rápida expansão nacional das Tecnologias de Informação e Comunicação em África.

A par do crescimento do mercado de telefones móveis e do número crescente de serviços de banda larga, África está também a registar um importante crescimento nos serviços de busca. As buscas no Google registam um crescimento anual de 50 por cento, e 40 por cento são feitas via telemóvel. O visionamento de vídeos do YouTube, outro serviço da Google, também tem duplicado anualmente em África ⁵⁷. Estima-se que o Facebook tenha atingido mais de 55 milhões de utilizadores em África no ano de 2013 ⁵⁸.

As inovações tecnológicas por todo o continente africano não se circunscrevem aos telemóveis. Outra tecnologia importante é a dos satélites de teledetecção, que pertencem a empresas privadas responsáveis pela sua operação. Uma frota multinacional de satélites de observação permite actualmente fotografar no solo, em alta resolução, um objecto com apenas 32 centímetros de diâmetro. Produz também com alto nível de precisão dados geográficos de localização de elementos em terra, de acordo com referências de navegação. Os Sistemas de Informação Geográfica (Geographic Information Systems, GIS)—mapas digitais—são tornados possíveis pelo aumento exponencial do imagens de alta resolução via satélite. Os satélites e os GIS oferecem uma plataforma de gestão e visualização de

conteúdos aos utilizadores de telemóvel. O FrontlineSMS é um software de acesso livre utilizado para recolher e distribuir informação através de telemóveis vulgares, facilitando deste modo os contributos de centenas, mesmo milhares, de utilizadores, via mensagens de texto SMS (short message service - serviço de mensagem curta). Embora não exija ligação à Internet, o acesso à Internet permite ligar o FrontlineSMS a serviços SMS online e configurá-lo para reenviar as mensagens recebidas para outros serviços da Internet ou de correio electrónico.

O FrontlineSMS tem sido utilizado em diferentes circunstâncias, todas elas caracterizadas pela ausência de serviços públicos e povoações isoladas ou muito dispersas. Em localidades onde não existem postos dos serviços agrícolas do Estado, por exemplo, diversas organizações não governamentais (ONG) criaram serviços de informação para agricultores africanos. Um exemplo é a Community Knowledge Worker, da Fundação Grameen, iniciativa que distribui aos agricultores informação sobre colheitas, preços de mercado internacionais, e outros serviços, via telemóvel e FrontlineSMS⁵⁹. A M-Farm, no Quénia, oferece um serviço semelhante, divulgando em tempo real os preços de mercado das diversas colheitas e ligando os agricultores directamente aos compradores.

Uma tecnologia semelhante, a RapidSNS, foi desenvolvida como instrumento de comunicação pelo Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF) como forma de contactar as suas equipas no terreno via SMS. Desde então, expandiu esse serviço para abranger um grande número de serviços, como, por exemplo, registar e armazenar mensagens áudio que podem ser redistribuídas pelas estações de rádio comunitárias. Este é um instrumento muito importante para os utilizadores analfabetos.

Na Nigéria, o RapidSMS foi utilizado para gerir a distribuição de quase 70 milhões de redes tratadas com insecticida para combater a malária 60. A Unidade de Inovação da Unicef, em colaboração com a Dimagi, uma empresa de tecnologia para o desenvolvimento, criou uma aplicação chamada Rapid Android 61. O Android é um sistema operativo de fonte aberta para telemóveis. O Rapid Android é uma versão do RapidSMS que transforma



Fonte: UNICEF, acessível em http://rapidsmsnigeria.org/vlm/ss.

um telefone num instrumento de recolha e análise de informação, destinado a ajudar os trabalhadores da ajuda humanitária a distribuir a assistência da forma mais eficaz. Os membros da população local podem ser ensinados a utilizar telemóveis baratos e fáceis de usar para transmitir às autoridades, via mensagem de texto, informações locais relativas à saúde, abastecimento de alimentos e estatísticas de utilização de redes para cama. Os trabalhadores humanitários podem agregar e tratar os dados onde quer que exista acesso à Internet. O sistema tem sido usado essencialmente como instrumento muito eficaz e barato de gestão da cadeia de abastecimento. A Figura 2 mostra um "painel" do RapidSMS utilizado para rastrear informação médica no estado de Edo na Nigéria. Com base em aparelhos móveis de recolha de dados, o painel apresenta uma actualização em tempo real dos stocks de medicamentos disponíveis e a sua localização. Para além das redes de cama ou de vacinas, a mesma lógica de rede partilhada pode ser aplicada na gestão de outros problemas.

Sem telefonia móvel e RapidSMS (ou FrontlineSMS), o único outro meio de realizar este tipo de diagnóstico no terreno e de gestão da informação seria com recurso a uma burocracia extensa e extraordinariamente dispendiosa, envolvendo centenas de trabalhadores no terreno, bem como

pessoal administrativo e de supervisão, com apoio logístico e de transporte. É precisamente este tipo de meios administrativos que não existe em África. Em vez de recorrer a uma burocracia complexa, dispendiosa e difícil de sustentar, o trabalho da Unicef na Nigéria baseia-se no "crowdsourcing". Os habitantes das localidades, equipados com telemóveis de fácil utilização, conseguem o que uma burocracia teria dificuldade em conseguir.

O crowdsourcing consiste na mobilização do público em geral—"crowd", a multidão—para desempenhar tarefas geralmente modestas e que, aos poucos e em conjunto, conseguem atingir grandes objectivos. Actualmente há exemplos de crowsourcing onde quer que exista acesso a uma rede electrónica que ligue pessoas a tarefas. O Arquivo Nacional dos Estados Unidos (U.S. National Archives) convida o público a colaborar no arquivo de fotografias e na identificação de documentos. Um exemplo foi o projecto de identificação nas fotografias da marcha pelos direitos civis em Washington, DC, em 1963. A exactidão é conseguida pelo cruzamento da verificação e revisão feita gratuitamente por membros do público. Outro exemplo mais sofisticado de crowdsourcing é o Foldit, um videojogo puzzle online sobre a dobragem de proteínas em que qualquer pessoa pode "jogar". Em 2011, os participantes produziram em dez dias um modelo tridimensional correcto de uma enzima relacionada com o VIH/SIDA, algo que os cientistas tentavam fazer há mais de uma década 62.

Outro exemplo de crowdsourcing foi o usado pela esquadra de polícia de Vancouver, na Columbia Britânica, nos tumultos ocorridos durante um jogo de hóquei em 2011. Dezenas de pessoas ficaram feridas em incidentes de violência indiscriminada que se verificaram após a equipa de hóquei de Vancouver perder o campeonato. Um sítio da Internet gerido pela polícia apelou à população para que identificasse nas fotografias pessoas envolvidas nos tumultos e contribuísse para identificar participantes e perpetradores com fotografias e vídeos tirados durante os tumultos. Em Dezembro de 2012 a Equipa Integrada de Investigação de Tumultos tinha reunido matéria para 1 040 acusações penais e identificado 315 suspeitos de participação nos tumultos.

O crowdsourcing alimenta-se das capacidades latentes dos membros do público em geral com interesse em determinada questão ou tarefa específica, como a prevenção do crime e a responsabilização da polícia. A capacidade de recolha de dados por crowdsourcing juntou-se aos meios de gestão e visualização de dados do GIS de forma a permitir uma "cartografia de crises" ou "cartografia do crime". Com efeito, pode ser utilizado para mapear tudo aquilo que a "multidão" quiser divulgar. A cartografia GIS de fonte aberta é apenas um dos meios de armazenar e visualizar dados provenientes do público em geral e respeitantes a uma determinada questão. O Ushahidi é o sistema mais frequentemente utilizado e um exemplo notável de plataforma de mapeamento GIS de fonte aberta.

O Ushahidi, palavra que significa "testemunha" ou "testemunho" em Swahili, é uma plataforma de software de fonte aberta criada por peritos quenianos após as eleições gerais de 2007, para registar e cartografar episódios de violência eleitoral utilizando telefones móveis, GIS e satélites de posicionamento geográfico (GPS). O GPS é um sistema de navegação por satélite que fornece informação sobre localização e hora. Integrado na maioria dos telemóveis, o GPS permite saber exactamente onde estamos a qualquer momento. O Ushahidi permite através da telefonia móvel divulgar por meio de crowdsourcing ocorrências ou acontecimentos importantes. Tem sido utilizado numa grande diversidade de circunstâncias, desde o acompanhamento dos incêndios florestais na Rússia ao rastreio de necessidades humanitárias no Haiti após o terramoto de 2010. Em 2008, o Ushahidi também foi utilizado no acompanhamento da violência anti-imigrantes na África do Sul, bem como da violência na República Democrática do Congo⁶⁴.

Outro exemplo é o ReclaimNaija, que empregou crowdsourcing e o Ushahidi para monitorizar as eleições de 2011 na Nigéria (ver Figura 3). As pessoas telefonavam ou enviavam mensagens de texto sobre acontecimentos ou actividades relevantes para as eleições nigerianas. Cada ponto vermelho na Figura 3 representa uma agregação de acontecimentos ou incidentes registados e associados com as eleições. Num mapa digital, activo e alojado na Internet,



Fonte: ReclaimNaija, acessível em http://reclaimnaija.net/>.

podemos clicar num círculo e ampliar a imagem para visualizar um novo mapa da localização geográfica específica. É também possível aceder a relatos, notícias, imagens e vídeos enviados pelo público, relevantes para a localidade em causa. Perguntas como "O que aconteceu?", "Quando e onde aconteceu?" e, ocasionalmente, "Quem é responsável?" também encontram resposta a um custo muito reduzido ou sem qualquer custo.

O GIS e os instrumentos de distribuição de informação, normalmente telemóveis, também são usados para divulgar, visualizar e analisar a ocorrência de crimes e os padrões geográficos da criminalidade. Existem já muitas plataformas de mapeamento do crime na América do Norte e na Europa. O policiamento facilitado pela tecnologia está também a desenvolver-se em África. Na África do Sul, o Programa Crime e Justiça do Instituto de Estudos de Segurança (ISS Africa) monitoriza a criminalidade no âmbito do esforço de melhoria da segurança pública e desempenho das forças policiais. Uma parte deste esforço envolve o Crime Map Viewer (Visualizador de Mapa do Crime), uma plataforma pública GIS que permite aos cidadãos consultar as estatísticas sobre o crime em cada área de esquadra da África do Sul, à medida que são registadas pela polícia sul-africana. O Crime Map Viewer é baseado



Source: Spatial Collective, available at http://www.spatialcollective.com/>.

nos dados policiais sobre o crime. Como já foi mencionado, a desvantagem desta iniciativa de base tecnológica reside no facto de ser muitas vezes difícil obter em África dados oficiais fiáveis sobre o crime. Por isso, a recolha de dados sobre o crime através de crowdsourcing é um método alternativo óbvio.

O Banco Mundial apoia desde o início de 2011 um programa de cartografia do crime na favela de Korogocho, em Nairóbi, para monitorização da conflitualidade, crime e violência. O projecto foi iniciado pelo Instituto Africano para a Saúde e o Desenvolvimento (AIHD) e posto em prática pela Spatial Collective, um empreendimento social que desenvolve aplicações tecnológicas de apoio à acção colectiva. O projecto envolveu uma assembleia local eleita que se reuniu regularmente para discutir os problemas da população e identificar as causas do conflito, do crime e da violência. Neste âmbito, o programa apoiou membros das comunidades na recolha de dados sobre incidentes violentos ocorridos em determinadas povoações. Assaltos, assassinatos, roubos, violações, esfaqueamentos, conflitos de gangues e outras ocorrências foram documentados em detalhe, embora com salvaguardas destinadas a preservar o anonimato dos denunciantes de crimes. Foi criado um mapa de Korogocho que identifica os principais



Fonte: LERN, acessível em http://www.lern.ushahidi.com/>.

equipamentos colectivos (escolas, hospitais, polícia, projectos piloto, etc.) e a localização geográfica precisa de ocorrências relativas a conflitos, crimes e violência. No espaço de um ano, a equipa local registou 322 incidentes, com áreas de criminalidade claramente visíveis em partes do bairro. Para assegurar a sustentabilidade do programa, a Spatial Collective criou uma plataforma de monitorização personalizada que permitiu o carregamento de dados e análises quase em tempo real, como tipo de crime, e uma tabela cronológica a mostrar o padrão da criminalidade por hora do dia, dia da semana, e ao longo de um mês (ver Figura 4)⁶⁵.

A Rede de Resposta e Alerta Precoce da Libéria (*Liberia's Early Warning and Response Network*, LERN) constitui outro exemplo de plataforma de monitorização do crime facultada pelas TIC. O Grupo de Trabalho de Resposta e Alerta Precoce (*Early Warning and Early Response Working Group*) é um consórcio de 18 organizações da sociedade civil, agências governamentais, agências da ONU e ONG. Durante mais de dois anos, com início a 1 de



Fonte: Hatari, acessível em http://www.hatari.co.ke>.

Janeiro de 2010, foram registados na plataforma LERN 2.335 relatos de crimes, incluindo agressões, homicídios, violência de género e actos de corrupção (ver Figura 5).

As soluções com base nas TIC não são no entanto infalíveis. A Hatari, uma iniciativa Ushahidi do Quénia, teve pouco êxito devido a uma falta quase total de adesão do público ao serviço. A Hatari ("perigo" em Swahili) permitia a qualquer habitante de Nairóbi enviar informações sobre crime e corrupção na cidade (ver Figura 6). Vale a pena sublinhar que a responsabilização da polícia foi um aspecto integrado na cartografia do crime da Hatari. As contribuições do público chegavam via textos escritos (mensagens de texto, mensagens de correio electrónico, visitas a sítios da internet e tweets), fotografias e vídeos. A iniciativa Hatari devia ter tido êxito; no entanto, foram muito poucos os crimes denunciados por meio da Hatari no período de efectivo funcionamento da plataforma, entre Setembro de 2009 e Novembro de 2012.

Como explicar o fracasso? O crowdsourcing só tem êxito quando existe um esforço de mobilização organizado e eficaz, como no caso da utilização da ReclaimNaija na Nigéria. De outro modo, a multidão permanece indiferente. A eficácia das plataformas de crowdsourcing GIS de fonte aberta não depende apenas da sua disponibilidade. Não devemos partir do princípio de que o público irá aderir à plataforma mesmo que a questão seja prioritária. Com efeito, a sensibilização comunitária é tão importante como a tecnologia disponibilizada.

Na realidade, uma análise de mais de 15 000 Crowdmaps (Mapas de multidão) desenvolvidos pelo Ushahidi mostrou que apenas cerca de 500 mereceram uma adesão sustentada do público 66. Há duas categorias gerais de instalações Ushahidi: as de resposta a catástrofes e as de resposta a acontecimentos civis e políticos. Nos casos de catástrofes naturais, o público está mobilizado à partida—ou seja está motivado para utilizar uma plataforma Ushahidi dedicada para telefonar, enviar mensagens de texto ou mensagens via tweeter, fotografias e vídeos—devido ao grande impacto de uma calamidade súbita e à atenção que lhe é dedicada pelos média locais e mundiais. No caso do segundo tipo de utilização, acontecimentos civis e políticos, a adesão do público depende mais da mobilização dinamizada pelos grupos da sociedade civil.

Quanto à implementação da ReclaimNaija, meses de trabalho preparatório para um único evento previsível—um acto eleitoral—fizeram toda a diferença. Uma organização da sociedade civil designada Community Life Project (CLP) (Projecto de Vida Comunitária) organizou e mobilizou um grande número de cidadãos nigerianos, incluindo jovens e habitantes de zonas residenciais, bem como associações profissionais para divulgar a implementação da Ushahidi da ReclaimNaija e o seu modo de funcionamento. O website da ReclaimNaija descreve a participação das organizações da sociedade civil da seguinte forma:

A plataforma reúne uma vasta rede de organizações de base em todo o país, compreendendo sobretudo trabalhadores do sector informal e grupos de base comercial (sic), tais como associações de mecânicos, carpinteiros, operários especializados,

soldadores, utilizadores e proprietários de okada (táxi de motociclo), mulheres e homens comerciantes, electricistas, alfaiates, cabeleireiros, associações de desenvolvimento comunitário, activistas, profissionais patrióticos, sociedade civil e organizações de cariz religioso⁶⁷.

A Federação das Associações de Mulheres Muçulmanas da Nigéria (FOMWAN) foi uma parceira fundamental do Community Life Project (CLP). Criada em 1985, a FOMWAN esteve presente em 34 dos 36 estados da Nigéria com 500 grupos filiados no período de eleições de 2011⁶⁸. Esta ampla coligação plurisectorial foi essencial para o sucesso da ReclaimNaija. Através da FOMWAN, a CLP abriu-se à participação de milhares de nigerianos, e inaugurou métodos inovadores, como a utilização de autocolantes nos omnipresentes motociclos de transporte e entregas, bem como pulseiras coloridas com um número de telefone para denúncia de fraudes eleitorais por SMS.

Em contraste com a ReclaimNaija, o insucesso da Hatari demonstra a improbabilidade de o crowdsourcing atingir uma massa crítica sem uma verdadeira mobilização comunitária no mundo real. Com o lançamento do iHub pela equipa da Ushahidi em Nairóbi, a viabilidade técnica da Hatari estava praticamente assegurada, mas não foram organizadas reuniões públicas. Ninguém convidou os grupos da sociedade civil a adoptar e promover a plataforma. A tecnologia é apenas meia resposta. Uma estratégia de envolvimento da sociedade civil para mobilizar o público é o outro ingrediente essencial.

Efectvamente, conjugar a tecnologia de informação com a mobilização da sociedade civil pode ser um meio poderoso de combater a corrupção. A prática de suborno em troca de serviços públicos básicos, um sinal de fraca governação, é endémica em muitas regiões do mundo. "Em Nairóbi, Quénia, o acesso ao ensino secundário, para uma criança que completou o exame de admissão, custa 20 000 xelins. Em Karachi, Paquistão, o preço de uma carta

de condução, depois de ter feito o exame, é de 3 000 rupias"69. Sistemas de monitorização em crowdsourcing, como o www.ipaidabribe.com ("eu paguei um suborno") geridos pela organização sem fins lucrativos Janaagraha, na Índia, permitem aos cidadãos enviar denúncias anónimas sobre pequenos subornos⁷⁰. Em Lagos, a StoptheBribes (StB—"Não aos Subornos") é uma plataforma Ushahidi lançada pela Fundação CLEEN (antigo Centro Educativo de Aplicação da Lei na Nigéria [Center for Law Enforcement Education in Nigeria), que utiliza o crowdsourcing para contabilizar pedidos de suborno da polícia de Lagos. Os motoristas de Lagos estão sempre em risco de a polícia os mandar parar em "operações stop", algo de muito assustador e frequente. Um grupo de agentes da polícia cerca o veículo e leva o condutor para um local protegido da vista do público. Aí, seguem-se as ameaças e propostas para resolver a situação a troco do pagamento de determinada quantia. A StB destina-se a monitorizar estes incidentes e a acabar de uma vez por todas com estas situações com a publicação dos nomes dos agentes envolvidos e a sua exposição pública. Aos cidadãos pede-se que enviem mensagem SMS descrevendo as circunstâncias do pedido de suborno, hora, local, montante exigido, nome(s) e número(s) de identificação do(s) agente(s) que praticou (praticaram) o delito⁷¹.

A partilha cada vez maior da informação em África, seja por via do telefone móvel, de uma conexão de banda larga, ou de uma coordenada de GPS num mapa GIS, está a dotar as comunidades de ferramentas completamente novas. Em suma, as TIC alteram a natureza da mobilização popular mas não a substituem.

Viabilidade da Acção Colectiva Facilitada pelas TIC no Combate ao Crime em África

Embora a criminalidade resulte de diversos factores, a fraqueza e a disfuncionalidade das instituições públicas desempenha um papel central no seu desenvolvimento. As forças policiais profissionais, que desempenham bem as suas tarefas, constituem o maior dos obstáculos ao crime. Sempre que a polícia é vista como corrupta e ineficaz (ou quando os próprios agentes

são criminosos) o público sente-se inseguro e os criminosos sentem-se à vontade para agir. É então que as populações vulneráveis recorrem a medidas desesperadas, como entregar uma tarefa central da governação—zelar pela segurança da comunidade—a grupos de vigilantes que podem tornar-se predadores e criminosos.

A longo prazo, a solução para a incompetência e insufiência dos serviços do Estado reside na construção de instituições sólidas, imputáveis e dotadas de meios. Em última instância, o melhor garante de segurança é um governo que presta contas ao público que serve e que pratica a transparência. A protecção civil dispensada por forças de segurança responsáveis, imputáveis e politicamente neutras deve constituir o objectivo último do conjunto de meios destinados a fazer aplicar a lei. No entanto, em grande parte do continente africano, estas tarefas são processos de longo prazo, ao passo que o crime continua a ser uma ameaça imediata e muito grave.

A acção colectiva que as novas Tecnologias de Informação e Comunicação permitem constitui um complemento, viável a curto prazo, dos métodos tradicionais de luta contra o crime. As TIC permitem a comunidades e ONG organizar estratégias de defesa e mesmo chamar a atenção para situações de incompetência e corrupção da polícia, contribuindo para reduzilas. É mais fácil conseguir transparência e responsabilização com telemóveis interligados em prol de uma causa comum, através da FrontlineSMS ou RapidSMS, do que por meio de uma grande quantidade de câmaras de televisão em circuito fechado, para chegar a um resultado aproximadamente idêntico. A Ushahidi e outras plataformas de gestão de dados permitem visualizar e organizar dados de forma a optimizar o planeamento e a aplicação de recursos limitados. Em suma, as TIC oferecem aos cidadãos a possibilidade de se organizarem para proteger a sua comunidade de uma forma rápida e barata. Os nigerianos queriam eleições transparentes e justas em 2011. Graças à convergência de telemóveis, da Ushahidi e do forte empenhamento manifestado pelas organizações da sociedade civil, a ReclaimNaija contribuiu para a concretização deste objectivo comum, bem como para melhorar de forma significativa a credibilidade das eleições na Nigéria.

Não obstante, as TIC e suas muitas aplicações não chegam para, só por si, operar mudanças políticas e sociais positivas. A tecnologia não obedece a um plano, propósito inerente, nem a padrões morais. É um mero instrumento. Tal como um martelo, pode ser utilizada para construir ou destruir. Assim, a acção colectiva facilitada pelas TIC pode até agravar a violência, mas apesar de isto ser verdade nalgumas circunstâncias, o argumento não considera a questão fundamental: as TIC podem servir qualquer propósito, segundo os seus utilizadores. Para as TIC exercerem uma influência positiva, são indispensáveis os grupos da sociedade civil, pois é através deles que se estabelece a ligação entre a tecnologia e o desejo de reforma social. É deste modo que grupos como o CLP, que liderou a implementação da ReclaimNaija, têm conseguido utilizar meios tecnológicos cada vez mais acessíveis. A participação activa da sociedade civil é essencial para aproveitar todo o potencial das iniciativas que as TIC permitem realizar, sobretudo em termos da continuidade e abrangência do esforço colectivo de combate ao crime.

A acção colectiva facilitada pelas TIC sensibiliza as instituições oficiais para a necessidade de maior eficácia e responsabilização. Nalguns casos isto acontece devido à identificação e exposição pública dos culpados, como quando um sítio web mostra agentes da polícia a exigirem subornos. Noutros casos as TIC fornecem meios de avaliar a gravidade de uma ocorrência, como um crime num bairro degradado de Nairóbi, ou o número de casas destruídas durante uma operação policial no norte da Nigéria. As TIC podem também vir a cimentar um maior envolvimento entre os cidadãos e a polícia, assim como reforçar os meios e a eficácia de polícias africanas mais responsáveis e transparentes. É—ou deveria ser—um processo de regulação através da exposição. Ao avaliar com maior precisão as necessidades ou medir a gravidade de determinada situação, a polícia, as populações e os agentes oficiais estarão mais aptos a resolver problemas mais claramente identificados.

Recomendações

A rápida adesão popular às novas tecnologias de informação e comunicação por todo o continente africano veio criar inúmeras oportunidades de reagir à insegurança e ao crime generalizados, em particular nos bairros degradados de África. Os progressos na gestão de imagens e dados aumentam a eficácia da polícia e permitem optimizar a aplicação dos parcos recursos dos Estados, enquanto a utilização maciça de telefones móveis e outras TIC sustentam a acção colectiva e o relacionamento entre a polícia e a população, de formas anteriormente impossíveis de imaginar. Em conjunto, estes instrumentos podem contribuir para reduzir gradualmente índices de criminalidade que se transformaram num grande e enraizado obstáculo à segurança colectiva e num travão do desenvolvimento.

As TIC também oferecem instrumentos para resolver problemas institucionais mais profundos. Garantir a segurança pública é geralmente considerada a principal responsabilidade de um governo. O fracasso das forças policiais em defender os cidadãos do crime constitui uma enorme falha da governação, que, ao mesmo tempo, enfraquece a sua credibilidade e legitimidade. Isto é especialmente verdadeiro quando a polícia é, ela própria, fonte de criminalidade e de insegurança, algo demasiado frequente em África. Deste modo, a reforma de instituições estatais frágeis e inimputáveis, sobretudo da polícia, contribuirá para mitigar esta crise mais profunda de legitimidade e instabilidade permanente. No entanto, em questões como a transparência, os melhoramentos não devem ficar à espera só de reformas institucionais e das boas intenções dos responsáveis por essas instituições. As TIC e o crowdsourcing permitem reforçar as fontes de supervisão exteriores e não governamentais e, desse modo, instigar reformas. São instrumentos novos que têm a capacidade de aumentar a transparência e o desempenho das forças policiais de África.

Em resumo, a utilização cada vez mais generalizada das TIC em África cria novas oportunidades de progressos nas seguintes áreas:

- Acção colectiva para reforçar a segurança das populações
- Eficácia da polícia
- Relacionamento entre as comunidades e a polícia
- Responsabilização da polícia.

Três tipos específicos de TIC servem estas áreas: imagem de altafidelidade bem como comunicação e gestão e processamento de dados, via
telefone, por SMS, ou smartphone com acesso à Internet. Contudo, como já
sublinhámos, iniciativas bem intencionadas e tecnologicamente sofisticadas
são insuficientes sem o ingrediente principal dos projectos comunitários:
a adesão das populações locais. O sucesso das iniciativas apoiadas em TIC
depende da dimensão, empenhamento e competência das redes e grupos
que as lançam e sustentam. Por outro lado, as novas tecnologias podem
ser também facilmente objecto de uso indevido, quer por criminosos, quer
pelo Estado ou a polícia. Deste modo, torna-se fundamental aumentar a
responsabilização da polícia e adoptar todas as salvaguardas adequadas ao
pleno aproveitamento e sustentação dos benefícios potenciais de uma acção
colectiva apoiada em TIC.

Acção Colectiva para Reforçar a Segurança das Comunidades

As TIC oferecem instrumentos versáteis às populações africanas, permitindo-lhes melhorar de forma rápida e económica a sua segurança individual e colectiva. A difusão generalizada do telemóvel dotou os cidadãos de métodos de transmissão de informações sobre o crime em tempo real, o que lhes pemite evitar os locais de maior índice de criminalidade e informar os líderes locais sobre disputas latentes, evitando escaladas de violência. O software e as aplicações de mapeamento disponíveis gratuitamente permitem às comunidades fazer um rastreio rudimentar das actividades criminosas nas suas áreas de residência, através de computador e smartphone, o que

melhora a compreensão das causas e factores que contribuem para o crime nas localidades. Graças à comunicação por telemóvel, as populações podem escolher rotas mais seguras e o melhor momento de empreender deslocações colectivas aos principais centros de actividade, como mercados, centros de transporte e instalações de saneamento⁷².

Estes são passos imediatos, de reduzida intervenção externa, que as comunidades podem dar para diminuir o crime, mas o sucesso depende em última análise do grau de organização das comunidades. Mesmo as iniciativas mais modestas exigem um mínimo de organização, uma vez que a informação vinda de e para um grande número de indivíduos é uma condição essencial da sua eficácia. O que fez o enorme sucesso do ReclaimNaija na Nigéria não foi a plataforma Ushahidi, nem a telefonia móvel, embora estas tecnologias tenham sido vitais para a iniciativa. A chave do sucesso residiu na grande abrangência da organização patrocinadora local e na sua rede de organizadores comunitários, que divulgou, junto de comunidades remotas e através de grandes extensões de território, que algo tão esotérico como uma plataforma de mapeamento GIS de fonte aberta podia ser usado para evitar práticas eleitorais corruptas.

Por esta razão, as ONG e outras organizações internacionais, assim como as agências financiadoras interessadas em combater a criminalidade por meio de iniciativas apoiadas em TIC, devem pocurar facilitar, mas não liderar, estas iniciativas, deixando que sejam os organizadores das comunidades locais a liderar as operações no terreno. O papel mais desejável dos parceiros internacionais consiste na disponibilização de assistência material, e talvez assistência técnica, embora esta última possa ser problemática. Os peritos em tecnologia do norte do planeta estão geralmente habituados a soluções técnicas complexas e dispendiosas, e tendem a contar com o acesso aos mais recentes sistemas de informação de banda larga. África está a aproximar-se do resto do mundo rapidamente, mas as aplicações de banda estreita disponíveis nos aparelhos portáteis continuam a ser as mais adequadas às iniciativas nesta região do mundo. Para correrem bem, as iniciativas tecnológicas em África devem normalmente partir das localidades e estar ligadas a redes de habitantes

locais. Felizmente existem centros de inovação africanos como o iHub no Quénia, o Cchub na Nigéria e outros, além da equipa da Ushahidi, dos criadores da FrontlineSMS e da RapidSMS e, ainda, uma grande variedade de projectos inovadores africanos baseados nas TIC.

Em suma, muitos problemas africanos estão a ser resolvidos de forma engenhosa por peritos africanos em tecnologia. Os parceiros internacionais deveriam centrar a sua ajuda na oferta de mais financiamentos, melhores equipamentos e alguma formação. A iniciativa "TechWomen" do Gabinete de Assuntos Educativos e Culturais do Departamento de Estado dos EUA, por exemplo, financia estágios profissionais nos Estados Unidos de mulheres do Médio Oriente e de África líderes nas áreas da ciência, tecnologia, engenharia e matemática. Mulheres que trabalham no sector tecnológico nos Camarões, Quénia, Nigéria, Ruanda, Serra Leoa, África do Sul e Zimbabué têm com este programa a oportunidade de visitar os Estados Unidos e frequentar, durante quatro a seis semanas, programas de especialização junto de colegas norte-americanos⁷³.

Além disso, o sector de informação com base internacional pode praticar a "filantropia de dados". A informação é o combustível que alimenta as iniciativas TIC. Deste modo, as empresas públicas ou agências estatais especializadas em imagiologia poderiam fornecer imagens e dados de satélite georectificados, que serviriam de suporte ao mapeamento de eventos por crowdsourcing, como o mapa da criminalidade Korogocho anteriormente descrito.

Eficácia da Polícia

As tecnologias de informação e comunicação podem funcionar como um extraordinário multiplicador de meios para as forças policiais africanas, frequentemente sobrecarregadas de tarefas e carentes de fundos. As imagens de elevada precisão permitem à polícia conhecer melhor áreas muito extensas, como a malha urbana extremamente complexa dos bairros degradados de grande densidade populacional. Graças a um software simples de gestão de dados, a polícia pode desenhar mapas de criminalidade que a vão ajudar a empregar da melhor forma os seus recursos limitados e o escasso número de

efectivos de que normalmente dispõe. Um maior acesso aos telemóveis pode significar também um contacto mais frequente entre a polícia e os cidadãos, mais fácil e barato, o que melhora por sua vez a informação recolhida e a comunicação. As TIC mais simples oferecem meios de vigilância, informação e comunicação que reforçam as capacidades da polícia.

Com o objectivo de acompanhar a situação de pessoas deslocadas que voltaram para o distrito de Gulu no norte do Uganda, por exemplo, um investigador associado da Duke University estabeleceu uma parceria com a Associazione Volontari per il Servicio internazionale (Associação de Voluntários para o Serviço Internacional). Para criar uma amostra representativa dos ugandeses deslocados pelo conflito entre o governo do Uganda e o Exército de Resistência do Senhor, que durou 20 anos, foram utilizadas imagens doadas de satélite GeoEye. O projecto mapeia o processo de transição à medida que os cidadãos deslocados regressam ao norte do Uganda, o que tem contribuído para a estabilização e para definir intervenções e medidas de reconstrução, bem como para simplificar problemas e necessidades logísticas⁷⁴. Aplicações semelhantes das tecnologias de imagem e outras formas de gestão de dados e comunicação podem melhorar a eficácia da polícia do mesmo modo.

A polícia nigeriana testou vários programas de vigilância e resposta em grandes áreas urbanas, com diversas novas tecnologias. Em 2011, foram instaladas câmaras de vigilância permanente, alimentadas a energia solar, em áreas de criminalidade acentuada de quatro grandes cidades, incluindo Lagos. Vários veículos novos da polícia foram equipados com tecnologia de localização que permite o destacamento rápido de agentes em caso de detecção de actividades criminosas através de imagens de câmara⁷⁵. Este programa foi depois alargado e inclui actualmente a capital, Abuja.

O problema que estas aplicações de TIC colocam é o da necessidade de uma maior responsabilização da polícia para impedir que estes instrumentos sejam usados para fins de extorsão ou maior prepotência da polícia. A adopção de TIC deve ser assim acompanhada de regulamentação rigorosa, que assegure a transparência da informação que a polícia recolhe—autorizando

por exemplo o acesso das organizações da sociedade civil nigerianas aos registos de localização dos novos veículos da polícia e/ou aos registos das imagens recolhidas pelas câmaras. Os relatórios e outros dados devem ser divulgados pública e frequentemente. O castigo de abusos e as sanções devem ser claros e exercer um efeito dissuasor adequado. Felizmente, as TIC podem servir para reforçar novas formas de envolvimento entre as populações e a polícia, bem como facilitar o controlo, exercido por grupos independentes da sociedade civil, da utilização da tecnologia em prol de um melhor desempenho policial e não da fraude.

Relacionamento entre as Populações e a Polícia

Os instrumentos das TIC facilitam um contacto simples mas continuado entre as populações africanas e a polícia, de modos susceptíveis de vencer a desconfiança entre as duas. O telemóvel permite aos africanos comunicar incidentes à polícia mais rápida e facilmente e prestar informações sobre actividades criminosas. Pela sua parte, a polícia consegue manter uma ligação constante com áreas insuficientemente policiadas, apesar da habitual falta de recursos humanos. Frequentemente, tais ligações podem ser estabelecidas de forma anónima, o que contribui muito para os cidadãos darem informações sem o receio de sofrerem represálias dos criminosos ou agentes desonestos. O Ushahidi, por exemplo, assegura a confidencialidade das comunicações e da partilha de dados. A polícia, ao tornar-se acessível à distância por meio das TIC, pode melhorar as relações com os cidadãos e ganhar a confiança de comunidades reticentes ou afastadas. Por outro lado, enquanto uma forte presença policial cria desconforto nalgumas comunidades, torna-se fácil contactar a polícia por meio das TIC. Com efeito, estas tecnologias reforçam os meios de policiamento das localidades e apresentam grandes vantagens em termos de economias de escala.

Com o tempo, este contacto entre as comunidades e a polícia pode tornar-se mais elaborado, começando por melhorar a recolha de informação e a comunicação e acabando por incluir a recolha policial de dados sobre o crime através de crowdsourcing das populações afectadas, o que permitirá

tomar medidas mais eficazes para prevenir e conter padrões recorrentes de criminalidade. Em cenários deste tipo as comunidades podem comunicar crimes via telemóvel a pequenas equipas policiais, as quais depois irão classificar, verificar e dar seguimento em função das necessidades. Este foi efectivamente o modelo utilizado na preparação do bem sucedido referendo constitucional no Quénia, em 2010, que decorreu com perturbações mínimas menos de 3 anos após a violência generalizada das eleições nacionais de 2007, que provocou mais de 1 000 mortes. Em 2010, os quenianos puderam denunciar por SMS os apelos ao ódio, ameaças ou episódios de violência que testemunharam, numa iniciativa designada Uwiano ("conexão" ou "coesão" em Swahili), gerida conjuntamente pelo Ministério da Administração Provincial e Segurança Nacional e uma ONG designada PeaceNet. Analistas do gabinete de Uwiano fizeram a triagem dos relatos de SMS com base no risco de violência. Os relatos de grau 1 foram encaminhados para equipas da polícia ou outras forças para resposta imediata. Com base nas informações transmitidas através da Uwiano, a polícia interveio e evitou vários ataques, mesmo em áreas que haviam registado altos níveis de violência em 2007-08, prevenindo uma escalada potencial no tenso ambiente eleitoral⁷⁶. A Uwiano foi mais tarde alargada para além do calendário eleitoral e usada para detectar e prevenir a violência e, em 2012, concluiu a instalação de centros de coordenação em 40 províncias do Quénia. Outras iniciativas de crowdsourcing utilizando Twitter, email ou mensagens SMS foram também lançadas no Quénia com resultados semelhantes.

A falta de dados sobre o crime é outro grande obstáculo ao seu combate mais sistemático. A recolha de dados por crowdsourcing nas comunidades, em municípios seleccionados, poderia colmatar grandes lacunas na informação existente sobre a criminalidade em África. Experiências deste tipo ajudarão a polícia local a identificar os factores mais relevantes no fenómeno da criminalidade, desenvolvendo e aperfeiçoando desse modo as operações policiais. Iniciativas de mapeamento do crime, como a Rede de Resposta e Alerta Precoce da Libéria, criam parcerias mais sólidas entre os serviços de polícia local e as comunidades.

Responsabilização da Polícia

Um factor capital no crime em África é a situação deplorável no que respeita à responsabilização das forças policiais no continente. Infelizmente, o *status quo* caracterizado pela escassez de dados sobre o crime, o contacto mínimo entre as populações e a polícia, e a liberdade de cometer crimes onde existe uma probabilidade mínima de o autor ser apanhado ou confrontado com provas adequadas a uma acusação, serve os interesses de demasiados agentes da polícia em África, (embora certamente não de todos). As TIC permitem mudar este cenário habitual.

A telefonia móvel, o software e as aplicações de gestão de dados, e a tecnologia de imagem largamente acessível, permitem desenvolver novos métodos de captação, agregação e disseminação de provas dos abusos cometidos pela polícia, desde o pequeno suborno às violações de direitos humanos e aos sistemáticos actos de encobrimento e corrupção. Já funcionam em África vários exemplos destas aplicações TIC. Uma importante firma de imagens por satélite, a DigitalGlobe, disponibilizou o Satellite Sentinel Project que produz relatórios de tarefas prioritárias relativos ao conflito nas regiões de fronteira entre o Sudão e o Sudão do Sul, com base em mais de 300 000 km2 de imagens de satélite. O Centro de Análise da DigitalGlobe contribuiu para este esforço, oferecendo formação, apoio analítico e análise de imagens⁷⁷. Isto permitiu ao Satellite Sentinel denunciar o papel do governo do Sudão nos tumultos e na destruição causados entre as populações rurais do Sudão do Sul. Do mesmo modo, a Human Rights Watch utilizou imagens de teledetecção por satélite para denunciar a destruição de casas provocada por um ataque militar nigeriano contra a cidade de Baga, no norte da Nigéria, em Abril de 2013. As imagens de satélite desmentiram a afirmação dos militares de que, numa operação contra guerrilheiros do Boko Haram, haviam sido destruídas "apenas 30 casas". "Os líderes comunitários afirmaram que imediatamente após o ataque contaram 2 000 casas queimadas e 183 corpos. As imagens de satélite da cidade, analisadas pela Human Rights Watch, corroboraram estes relatos e identificaram 2 275 edifícios destruídos, provavelmente

residências na grande maioria, e outros 125 muito danificados". Outros exemplos mais pequenos têm mesmo assim muito impacto. Em Agosto de 2013, o Comando da Polícia do Estado de Lagos despediu um oficial filmado a pedir um suborno a um condutor e a ameaçá-lo de prisão se não pagasse. Após anunciar o despedimento, o porta-voz do Comando da Polícia Estatal de Lagos declarou que a denúncia pública destes casos deve tornar-se um hábito, sobretudo quando existem provas tão claras e concretas⁷⁹. Entretanto, o curto video do incidente foi visto mais de 123 000 vezes no YouTube.

Estão em curso várias iniciativas para identificar e denunciar publicamente os agentes corruptos da polícia na Nigéria. A iniciativa de crowdsourcing "Stopthebribes!" acima mencionada é um exemplo, tal como a designada "Nigeria Police Watch"⁸⁰, uma plataforma multimédia online que agrega notícias e relatos sobre o policiamento na Nigéria e cria relatórios originais baseados nos incidentes relatados pelos utilizadores. Outro exemplo é o da "www.BribeNigeria.com", organização da sociedade civil apoiada em TIC que emprega a tecnologia em prol da transparência e responsabilização das autoridades⁸¹.

Os fracassos na luta contra o crime em África semeiam o medo e a desconfiança entre a população, prejudicam o desenvolvimento económico e retiram legitimidade às instituições do Estado, o que por sua vez alimenta uma cultura de impunidade. Este estudo analisou uma forma possível de sair deste ciclo. Embora as TIC não constituam uma panaceia, quando utilizadas correctamente e com suficiente envolvimento das populações, contribuem para melhorar a eficiência em muitas áreas. Em lugar de grandes estruturas burocráticas oficiais, as TIC oferecem meios de prevenção às populações, bem como potentes instrumentos de supervisão da polícia — e, quando necessário, de denúncia pública de irregularidades. As TIC funcionam assim como um incentivo a um conduta correcta da parte da polícia e, deste modo, podem facilitar a adopção de normas profissionais mais rigorosas, porque apesar do valor das iniciativas comunitárias no curto prazo, a presença de um serviço de policiamento profissional e responsável é a melhor forma de combater o

crime a longo prazo e de modo sustentado. Embora as TIC não sejam por si só suficientes, são uma ferramenta muito importante para o reforço da segurança em todas as etapas do processo.

Notas

- ¹ Daniel Sitole, "Kenyan Chief Tweets His Way to Reducing Crime," Inter Press Service, 2 de Fevereiro de 2012. "'Help, Sheep Missing': How Twitter is Fighting Crime in Kenya," *Telegraph*, 20 de Fevereiro de 2012.
- ² "Over 900 Die in Police Custody," South African Broadcasting Corporation, 4 de Março de 2013.
- ³ David Smith, "South African Police Officer Charged with Dragging Man Behind Car," The Guardian, 15 de Março de 2013.
- 4 Report of the Presidential Committee on the Reform of the Nigeria Police Force, presented to President Umaru Musa Yar'Adua (Abuja: Presidência da Nigéria, Abril de 2008).
- ⁵ Chidi Anselm Odinkalu, Criminal Force: Torture, Abuse, and Extrajudicial Killings by the Nigeria Police Force (New York: Open Society Institute and the Network on Police Reform in Nigeria (NOPRIN), 2010), 37.
- 6 "Crime and Development in Africa," United Nations Office on Drugs and Crime, Junho de 2005, xiv, acessível em http://www.unodc.org/pdf/African_report.pdf>.
- 7 "Police Officer Who Shot KU Student Killed by Students," The Kenyan Daily Post, 10 de Junho de 2013, acessível em http://www.kenyan-post.com/2013/06/police-officer-who-shot-ku-student.html>.
- ⁸ Cyrus Ombati , "Mob Injustice Cause of Many 2011 Deaths-Police Statistics," Standard Digital, 30 de Dezembro de 2011, acessível em http://www.standardmedia.co.ke/?articleID=2000049182&pageNo=1.
- ⁹ World Development Report 2011: Conflict, Security, and Development (Washington, DC: World Bank, 2011).
- ¹⁰ Steven Livingston and Gregor Walter-Drop, eds., Bits and Atoms: Information and Communication Technology in Areas of Limited Statehood (New York: Oxford University Press, 2013).
- ¹¹ 2011 Global Study on Homicide: Trends, Contexts, Data, United Nations Office on Drugs and Crime (Viena, 2011). Énfase adicionada.
- 12 "Factsheet: South Africa's official crime statistics for 2012/13," AfricaCheck.org, 19 de Setembro de 2013, acessível em http://www.africacheck.org/reports/factsheet-south-africas-official-crime-statistics-for-201213/>.
- ¹³ Todos os dados de Afrobarómetro estão acessíveis em http://www.Afrobarómetro-online-analysis.com/aj/AJBrowserAB.jsp.

- ¹⁴ Bruce Baker, Nonstate Policing: Expanding the Scope for Tackling Africa's Urban Violence, Resumo de Segurança de África Nr. 7 (Washington, DC: National Defense University Press, Septembro de 2010), 1.
- ¹⁵ Enhancing Urban Safety and Security: Global Report on Human Settlements 2007 (London: UN–HABITAT, 2007).
- 16 Etannibi EO Alemika e Innocent C. Chukwuma, Criminal Victimization and Fear of Crime in Lagos Metropolis, Nigeria, Série de Monografias da Fundação CLEEN Nr. 1 (Lagos: Fundação CLEEN, 2005).
- 17 Carolyn Dempster, "Rape Silent War on SA Women," BBC, 9 de Abril de 2002.
- 18 "MRC: Quarter of Men in South Africa Admit Rape," Mail & Guardian, 8 de Dezembro de 2011.
- ¹⁹ Josephine Effah-Chukwuma, ed., "No Safe Haven: Annual Reports of Attacks on Women in Nigeria, November 2005 - December 2007," Projecto Alerta sobre Violência Contra Mulheres, 2007, acessível em httml>.
- ²⁰ Robert Muggah, "Armed Violence in Africa: Reflections on the Cost of Crime and Conflict," Programa de Desenvolvimento da Nações Unidas de 2007, 2.
 - ²¹ Janet E. Fishman, Measuring Police Corruption (New York: John Jay Press, 1978).
- ²² Gareth Newham, "Tackling Police Corruption in South Africa," Centro para o Estudo da Violência e da Reconciliação, Junho de 2002, 7.
- ²³ Report of the Special Rapporteur on Extrajudicial, Summary or Arbitrary Executions, Philip Alston (UN doc. A/HRC/14/24 May 20, 2010), 8.
- 24 "ACN Tasks FG on Extra-Judicial Killings by Police," Vanguard, 26 de Setembro de 2011.
- ²⁵ Julian B. Roebuck and Thomas Barker, "A Typology of Police Corruption," Social Problems 21, nr. 3 (1974).
 - ²⁶ Odinkalu, 43.
 - ²⁷ Ibid., 64.
 - 28 Ibid.
 - ²⁹ Alex Last, "The 'Notorious' Jails of Nigeria," BBC, 7 de Abril de 2006.
- 30 "Nigeria: Amnesty International Delegates Say Prison Conditions 'Appalling'," Amnistia Internacional, 15 de Agosto de 2007.
 - 31 Ibid.
- ³² PSIRA 2012 Annual Report, Private Security Industry Regulatory Authority of South Africa, 20, acessível em http://www.psira.co.za/joomla/pdfs/AnnualReport2011_2012.PDF.
- ³³ Edoardo Totolo, "Kenya: Vigilantes Unleashed," International Relations Security Network (ISN), Swiss Federal Institute of Technology-Zurich, 2 de Junho de 2009, acessível em http://www.isn.ethz.ch/isn/Digital-Library/Articles/Detail/?lng=en&id=100755>.

- ³⁴ Caroline Elkins, *Imperial Reckoning: The Untold Story of Britain's Gulag in Kenya* (New York: Henry Holt and Co., 2005). David Anderson, *Histories of the Hanged: The Dirty War in Kenya and the End of Empire* (New York: W. W. Norton & Company, 2005).
- ³⁵ Report of the Commission of Inquiry into Post-Election Violence (Nairobi: Government of Kenya, October 15, 2008), acessível em http://www.kenyalaw.org/ Downloads/Reports/Commission_of_Inquiry_into_Post_Election_Violence.pdf>.
- ³⁶ Stephene Sangira, "Matatus Strike Over Return of Mungiki," *The Star*, 22 de Março de 2011.
- ³⁷ Jean-Christophe Servant, "Kikuyus Muscle in on Security & Politics: Kenya's Righteous Youth Militia," *Review of African Political Economy* 34, nr. 113 (Set. 2007), 521-526.
- ³⁸ Tom Odula, "Arrest Reported in Kenya Mungiki Beheading Spree," *The Guardian*, 22 de Agosto de 2007.
 - ³⁹ "Kenyan police 'killed thousands'," BBC, 25 de Novembro de 2007.
 - ⁴⁰ Adam Mynott, "Rule of Law Reels in Kenya," BBC, 6 de Março de 2009.
- 41 Adams Oloo, "Marginalisation and the Rise of Militia Groups in Kenya: the Mungiki and the Sabaot Land Defence Force," in Militias, Rebels and Islamist Militants: Human Insecurity and State Crises in Africa (Pretoria: Institute for Security Studies, 2010), 161.
- ⁴² Nzau Musau, "Kibaki Was in Mungiki Talks ICC," *The Star*, 25 de Janeiro de 2012. Oliver Mathenge, "Kibaki Met Mungiki Group ICC," *The Daily Monitor*, 26 de Janeiro de 2012. Bernard Namunane, "Ocampo Six Ordered to Appear at Hague," *Daily Nation*, 8 de Março de 2011.
- 43 Centro de Protecção aos Journalistas, Attacks on the Press 2013: Journalism on the World's Front Lines (New York: Bloomberg Press), 262.
- ⁴⁴ Neela Ghoshal, Turning Pebbles: Evading Accountability for Post-Election Violence in Kenya (New York: Human Rights Watch, 2011), 60-61.
 - ⁴⁵ Ibid., 61.
 - ⁴⁶ Ibid., 22. Report of the Commission of Inquiry into Post-Election Violence, 252-258.
- ⁴⁷ Jeremiah Kiplang'at, "Police Officers Abuse New Traffic Laws to Demand Hefty Bribes from Motorists," *Daily Nation*, 17 de Junho de 2013.
- ⁴⁸ You are All Terrorists: Kenyan Police Abuse of Refugees in Nairobi (New York: Human Rights Watch, 2013), 2.
- ⁴⁹ Nicholas Kulish and Josh Kron, "Extremist Group Gains Foothold Among Kenyans," The New York Times, 10 de Outubro de 2013.
- 50 David Smith, "Twitter Helps Save South African Carjacking Victim," The Guardian, 11 de Abril de 2012. Para informação sobre outros exemplos de acção colectiva facilitada pela tecnologia, ver Steven Livingston, Africa's Evolving Infosystems: A Pathway to Security and Stability, ACSS Research Paper No. 2 (Washington, DC: National Defense University Press, Março de 2011).

- ⁵¹ "Ericsson Mobility Report: On the Pulse of the Networked Society," Ericsson, Junho de 2013, acessível em http://www.ericsson.com/res/docs/2013/ericsson-mobility-report-june-2013.pdf>.
- ⁵² Peggy Anne Salz, "Praekelt's Jonathan McKay: Africa Leads In 'Participation' Mobile Marketing," MobileGroove, 30 de Junho de 2011, acessível em http://www.mobilegroove.com/praekelts-jonathan-mckay-africa-leads-in-participation-mobile-marketing-9700>.
- 53 Madanmohan Rao, Mobile Africa Report 2011: Regional Hubs of Excellence and Innovation, MobileMonday, 11 de Março de March 2011, acessível em http://www.mobilemonday.net/reports/MobileAfrica_2011.pdf.
- ⁵⁴ Jon Evans, "In Five Years, Most Africans Will Have Smartphones," *TechCrunch*, June 9, 2012, acessível em http://techcrunch.com/2012/06/09/feature-phones-are-not-the-future/. "Ericsson Mobility Report," 7.
- 55 Livingston, 2011, 27. Allam Ahmed and Sonny Nwankwo, eds., Achieving Sustainable Development in Africa: Science, Technology & Innovation Trajectory (World Association for Sustainable Development (WASD), Fevereiro de 2010).
- ⁵⁶ Elly Okutoyi, "Nokia Partners with Nigeria's CcHub to Launch a Mobile Software Accelerator Academy," *The Next Web (TNW)*, 28 de Maio de 2012, acessível em http://thenextweb.com/africa/2012/05/28/nokia-partners-with-nigerias-cchub-to-launch-a-mobile-software-accelerator-academy/.
- ⁵⁷ Christopher Davies, "Google Search Requests Growing 50 Percent Each Year in Africa," African Business Review, 23 de Fevereiro de 2011.
- 58 "Internet Usage Statistics for Africa (Africa Internet Usage and Population Stats)," Internet World Stats, acessível em httm>..
- ⁵⁹ "Grameen Foundation Expands Technology Program for Poor Farmers in Uganda," Fundação Grameen, 15 de Outubro de 2009, acessível em http://www.grameenfoundation.org/grameen-foundation-expands-technology-program-poor-farmers-uganda.
- 60 "Nigeria Monitoring Supplies," RapidSMS, acessível em http://www.rapidsms.org/case-studies/nigeria-monitoring-supplies-in-a-campaign-setting/.
- 61 Matt Berg, "Rapid Android (RapidSMS) Launched on Android!" BuildAfrica. org, 12 de Fevereiro de 2009, acessível em http://www.buildafrica.org/2009/02/12/rapid-android-rapidsms-launched-on-android/.
- 62 Matt Peckham, "Foldit Gamers Solve AIDS Puzzle That Baffled Scientists for a Decade," Time, 19 de Setembro de 2011.
- 63 "Riot: Recommended Charges Against 40 More Rioters," The Vancouver Police Department media release, 21 de Dezembro de 2012, acessível em http://mediareleases.vpd.ca/2012/12/21/riot-recommended-charges-against-40-more-rioters/.
- ⁶⁴ Alka Marwaha, "Web tool maps Congo conflict," BBC, 10 de Dezembro de 2008.

- 65 "Conflict, Crime, and Violence Monitoring in Korogocho," Spatial Collective, 15 de Novembro de 2012, acessível em http://www.spatialcollective.com/2012/11/15/conflict-crime-and-violence-monitoring-in-korogocho/.
- 66 Catie Bailard, Rob Baker, Matt Hindman, Steven Livingston, and Patrick Meier, "Mapping the Maps: A Meta-Level Analysis of Ushahidi & Crowdmap," Internews Center for Innovation & Learning, Washington DC, Maio de 2012, acessível em http://crowdglobe.net/report.
- 67 "Who We Are," ReclaimNaija, acessível em http://www.reclaimnaija.net/cms/about-us/who-we-are.
- 68 Federation of Muslim Women's Associations in Nigeria (FOMWAN), acessível em http://www.fomwan.org/.
- ⁶⁹ Stephanie Strom, "Web Sites Shine Light on Petty Bribery Worldwide," The New York Times, 6 de Março de 2012.
 - 70 I Paid a Bribe website, acessível em http://www.ipaidabribe.com/>.
- 71 StoptheBribes! website, acessível em http://www.stopthebribes.net. Note-se que o autor esteve envolvido no desenvolvimento inicial desta iniciativa. Exerce funções no conselho consultivo StoptheBribes! da Fundação CLEEN em Lagos.
- 72 "Safety in Our Hands: Innovations in Community Security Using Mobile Technology," STATT Consulting, Abril de 2013, acessível em http://www.statt.net/wp-content/uploads/2013/04/STATT-Promoting-Community-Safety-through-Mobile-Technology.pdf.
 - 73 Sítio da Internet Techwomen, acessível em http://www.techwomen.org.
- 74 "Measuring the Effects of Displacement in Northern Uganda," Fundação GeoEye, acessível em http://geoeye.mediaroom.com/index.php?s=27291>.
 - ⁷⁵ "Police Going Digital for Better Security," Vanguard, 17 de Junho de 2011.
 - ⁷⁶ "Kenya: SOS by SMS," IRIN, 3 de Agosto de 2010.
- ⁷⁷ Em 2012, GeoEye foi adquirida pela Digital Globe, a sua principal concorrente. Steven Overly, "GeoEye, DigitalGlobe combine in \$900M deal," *The Washington Post*, 23 de Julho de 2012.
- ⁷⁸ "Nigeria: Satellite Images Reveal Massive Destruction in Baga," Human Rights Watch, 1 de Maio de 2013, acessível em http://multimedia.hrw.org/distribute/jgqxzwdoph.
- 79 "Policeman Caught Extorting Motorist On Camera Dismissed," Punch, 7 de Agosto de 2013.
- 80 Sítio da Internet Nigeria Police Watch, acessível em http://www.nigeriapolicewatch.com/>.
- 81 "About Us," sitio da Internet BribeNigeria, acessível em http://www.bribenigeria.com/about-us/.

Agradecimentos

Desejo agradecer a todos aqueles que na Nigéria, África do Sul, Quénia, Uganda e Estados Unidos me dispensaram o seu tempo em entrevistas que me concederam, marcadas em muitos casos com pouca ou nenhuma antecedência. Agentes da polícia, juízes, membros de grupos comunitários, prisioneiros, académicos, defensores de causas e cidadãos comuns, todos eles contribuíram, cada um à sua maneira, para este estudo. Assumo naturalmente inteira responsabilidade por quaisquer erros contidos nestas páginas. Desejo exprimir um agradecimento especial a Innocent Chukwuma, fundador e antigo director da Fundação CLEEN, na Nigéria, que me ajudou a compreender melhor as ligações entre o crime e a má conduta policial, bem como pela organização de vários dias de entrevistas e visitas a esquadras da polícia e prisões em Lagos e região circundante. Raphael Mbaegbu, que também pertence à Fundação CLEEN, acompanhou-me nessas visitas. Tanto ele como os seus colegas foram para mim uma fonte de inspiração e de muita informação. Agradeço, em especial, as vossas ponderadas negociações que nos livraram de várias situações problemáticas.

Na África do Sul, Gareth Newham, Director do Departamento de Governação, Crime e Justiça do Instituto de Estudos de Segurança da Cidade do Cabo, foi extraordinariamente útil e generoso com o seu tempo. Abriu-me as portas a diversos encontros com personalidades importantes e recorri às suas múltiplas publicações na preparação deste estudo. Neela Ghoshal, da Human Rights Watch, deu-me uma grande ajuda nos meus esforços para avaliar e perceber o contexto mais lato dos serviços de segurança e policiamento no Quénia. O meu amigo e colega Primož Kovačič, co-fundador do Spatial Collective, facilitou o meu acesso a bairros degradados de Nairóbi, em condições por vezes difíceis e perigosas. Guardo uma dívida para com ele e os muitos residentes de Mathare que me protegeram. Denis Richardson, director geral do CLS Ltd. em Kampala, foi extremamente prestável na organização de visitas a projectos TIC em todo o Uganda. Kimberly Easson contribuiu em grande medida para a minha forma de pensar sobre o desenvolvimento

económico no sul do planeta. Aprendi muito com a sua visão, e a sua paixão por este tema inspira-me. Os meus colegas da Escola de Média e Assuntos Públicos da Universidade George Washington são outra fonte constante de ensinamento e inspiração. E é um prazer muito especial ter W. Lance Bennett, meu amigo há 30 anos, a acompanhar-me neste mundo novo e entusiasmante da acção colectiva. Obrigado por me mostrares o caminho, mais uma vez. Os conhecimentos de Bruce Bimber, de há uma década, iniciaram-me nos temas de que me ocupo actualmente. O entusiasmo sem limites e a generosidade intelectual de Gregor Walter-Drop ajudaram-me a estruturar raciocínios por vezes pouco claros. Davin O'Regan, Associado de Investigação no Centro de Estudos Estratégicos de África, contribuiu de forma crucial para este estudo, incluindo valiosas sugestões iniciais e vários contributos substanciais na preparação final do manuscrito. Por fim, desejo manifestar a minha gratidão a Joseph Siegle, Director de Investigação do Centro de Estudos Estratégicos de África, pela sua determinação em publicar este estudo. A sua orientação foi muito valiosa em todas as fases de preparação. Trabalhar com ele durante estes últimos anos, neste e noutros projectos, foi extraordinariamente útil. Ele aprofundou o meu pensamento sobre a acção colectiva, a tecnologia e o Estado. Muito obrigado a todos.

Sobre o autor

Steven Livingston é Professor de Média e Assuntos Públicos e Internacionais na Universidade de George Washington. Os resultados das suas investigações estão publicados em reconhecidas revistas académicas e é co-editor da obra Bits and Atoms: Information and Communication Technology in Areas of Limited Statehood (Oxford University Press, 2013) com publicação para breve. Pode ser contactado através do email sliv@gwu.edu.

CENTRO DE ESTUDOS E STRATÉGICOS DE ÁFRICA

Diretora: Kate Almquist Knopf National Defense University 300 Fifth Avenue, Building 20 Fort McNair Washington, D.C. 20319-5066 Téléfone: + 1 202 685-7300

Site da Internet : www.africacenter.org

TRABALHO DE PESQUISA DE CENTRO ÁFRICA

Editor: Dr. Joseph Siegle Téléfone: + 1 202 685-6808 o-email: SiegleJ@ndu.edu

